

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS**

**LÚCIA FERNANDA RAMIRES FELIX**

**O CONSELHO ESCOLAR COMO PROTAGONISTA DA AUTOAVALIAÇÃO DA  
ESCOLA PÚBLICA: O CASO DO SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO  
PARTICIPATIVA DO RIO GRANDE DO SUL**

**Porto Alegre  
2016**

**LÚCIA FERNANDA RAMIRES FELIX**

**O CONSELHO ESCOLAR COMO PROTAGONISTA DA AUTOAVALIAÇÃO DA  
ESCOLA PÚBLICA: O CASO DO SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO  
PARTICIPATIVA DO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial para a obtenção do grau  
de Licenciado em Letras pela Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Neusa Chaves Batista

**Porto Alegre  
2016**

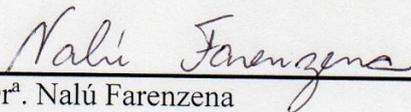
LÚCIA FERNANDA RAMIRES FELIX

**O CONSELHO ESCOLAR COMO PROTAGONISTA DA AUTOAVALIAÇÃO DA  
ESCOLA PÚBLICA: O CASO DO SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO  
PARTICIPATIVA DO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial para a obtenção do grau  
de Licenciado em Letras pela Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul.

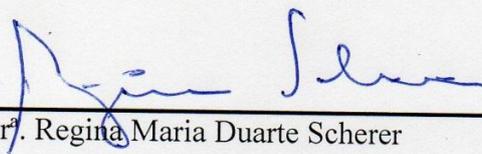
Aprovada em: Porto Alegre, 30 de junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA:



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Nalú Farenzena  
UFRGS



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Maria Duarte Scherer

Dedico este trabalho à minha amada mãe! Onde estiver saiba que és a grande responsável por todas as minhas conquistas.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer aos meus amigos, familiares e professores que ao longo desta caminhada contribuíram para o meu crescimento. Agradeço à minha orientadora que me acolheu no primeiro semestre do curso e que se dedicou a me ensinar de maneira tão generosa e carinhosa. Em especial gostaria de agradecer ao meu pai, que me ensinou desde muito cedo o valor dos estudos, à minha irmã, que é o motivo de eu sorrir mesmo nos momentos mais difíceis, e ao meu marido, que acreditou em mim mesmo quando eu não acreditava e foi o maior incentivador para eu entrar na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Tem vez que as coisas pesam mais do que a gente acha que pode aguentar, nessa hora fique firme pois tudo isso logo vai passar. Você vai rir sem perceber, felicidade é só questão de ser, quando chover deixar molhar pra receber o sol quando voltar.

*Marcelo Jeneci e Chico César*

## RESUMO

O Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP) é uma política pública do Estado do Rio Grande do Sul que pretende realizar o diagnóstico da situação educacional nas três instâncias da rede: Secretaria Estadual de Educação; Coordenadoria Regional de Educação (CRE); e Escolas Públicas. As descrições da política estão divididas em cinco cadernos, sendo o primeiro para orientação à elaboração da avaliação institucional. Esse caderno aponta para o protagonismo do Conselho Escolar (CE), e visa à participação de todos os membros da comunidade escolar, salientando o papel desse colegiado como um instrumento democrático e representativo da realidade escolar. O presente trabalho tem dois objetivos: analisar como se apresenta a participação do CE dentro do texto da política SEAP; verificar se a participação prevista para o CE no texto da política se concretizou durante sua implementação nas escolas. A monografia tem como referencial teórico metodológico o ciclo de políticas de Stephen Ball, e sua metodologia centra-se na análise de conteúdo. A análise ocorrerá em duas instâncias sendo a primeira, o texto da política e a segunda, a tabulação de 71 entrevistas realizadas em escolas situadas em diferentes CRE do Rio Grande do Sul. Os resultados obtidos a respeito do processo de implementação da autoavaliação nas escolas permite inferir que o protagonismo do CE, previsto no texto da política, não tenha ocorrido com colaboração paritária de todos os segmentos da comunidade escolar.

**Palavras-chave:** Políticas de avaliação educacional, Conselho Escolar, SEAP.

## RESUMEN

El Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP) es una política del Estado de Rio Grande do Sul que busca realizar el diagnóstico de la situación educacional en las tres instancias de la red: Secretaria Estadual de Educação, Coordenadoria Regional de Educação (CRE) y escuelas públicas. Se divide la descripción de la política en cinco cuadernos. Nos enfocamos en el primero cuaderno en el que se presentan las orientaciones para la elaboración de la evaluación institucional. Este cuaderno apunta para el protagonismo del Consejo Escolar (CE) y objetiva impulsar la participación de todos los miembros de la comunidad escolar, resaltando el papel del colegiado como un instrumento democrático y representativo de la realidad escolar. El presente trabajo tiene dos objetivos: analizar cómo se presenta la participación del CE en el texto de la política SEAP; averiguar si la participación prevista para el CE en dicho texto se concretizó durante su implementación en las escuelas. El marco teórico del trabajo se fundamenta en la teoría del ciclo de políticas públicas, de Stephen Ball. Su metodología se centra en el análisis de contenido. El análisis se hizo en dos etapas: la primera el análisis propiamente dicho del texto de la política SEAP y la segunda la tabulación de 71 entrevistas realizadas en distintas CRE de Rio Grande do Sul. Los resultados obtenidos respecto del proceso de implementación de la autoevaluación de las escuelas, permitió inferir que el protagonismo, previsto en el texto de la política, no ocurrió con la colaboración paritaria de todos los segmentos de la comunidad escolar.

**Palabras-clave:** Políticas de evaluación educacional, Consejo Escolar, SEAP.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
1.1	Justificativa .....	10
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>12</b>
<b>3</b>	<b>REFERENCIAIS TEÓRICOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>14</b>
3.1	Políticas públicas educacionais.....	14
3.2	Análise de políticas públicas .....	16
<b>4</b>	<b>CONSELHOS ESCOLARES E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA .....</b>	<b>18</b>
4.1	Ordenamento legal federal e estadual.....	18
4.2	O Conselho Escolar e sua relevância .....	19
<b>5</b>	<b>SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA – RS.....</b>	<b>21</b>
5.1	O caderno nº 1.....	22
<b>6</b>	<b>BREVE RELATO SOBRE AS ENTREVISTAS REALIZADAS NAS ESCOLAS NOS MESES DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2015 E FEVEREIRO E MARÇO DE 2016.....</b>	<b>25</b>
<b>7</b>	<b>A INTENSIDADE DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SEAP/RS NAS ESCOLAS.....</b>	<b>26</b>
<b>8</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>29</b>
8.1	Reflexão sobre os resultados encontrados .....	29
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>32</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>33</b>
	<b>ANEXO A – Guia para a Entrevista e seu Registro .....</b>	<b>35</b>
	<b>ANEXO B – Caderno de Avaliação N° 1 .....</b>	<b>39</b>
	<b>ANEXO C – Sistema Estadual de Avaliação Participativo - RS .....</b>	<b>82</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP) foi implementado no Estado do Rio Grande do Sul nos anos de 2012, 2013 e 2014, tendo como base a autoavaliação das três instâncias da rede: Escolas, Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) e Coordenadorias Regionais de Educação (CRE). A autoavaliação foi feita através de um questionário digital o qual sua divisão continha dimensões, indicadores e descritores.

Dentro do documento Sistema Estadual de Avaliação Participativa – RS, elaborado pela SEDUC no ano de 2011, para descrever a política, evidencia-se no item II as “Fases da Política”, e na letra D pontua-se a previsão da fase de avaliação externa, realizada por uma Universidade parceira. Desse modo, no ano de 2012 firmou-se uma parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), representada pelo Núcleo de Políticas e Gestão da Educação, e a Secretaria Estadual de Educação. Tal parceria gerou um grupo de pesquisa intitulado *Análise e Avaliação de Processos e de Resultados Atinentes à Avaliação Institucional Participativa do Sistema Estadual de Avaliação Participativa – SEAP/RS*, desenvolvida na Faculdade de Educação (FACED), onde a presente aluna colabora desde o ano de 2014.

Dentro do projeto SEAP na Universidade realizam-se trabalhos em grande grupo, essa organização denomina-se Projeto Mestre, no qual se elaboram relatórios e demais atividades previstas na parceria UFRGS/SEDUC. Dentro do Projeto Mestre dividiu-se a equipe de pesquisadores em subprojetos, o presente trabalho insere-se no subprojeto Conselhos Escolares, que tem como objetivo analisar a efetividade do protagonismo do Conselho Escolar na implementação da política de avaliação da educação estadual do RS nas escolas da rede.

Para suprir as pesquisas, tanto do Projeto Mestre, quanto dos subprojetos, foi selecionada uma amostra estatística de 104 escolas tendo como base algumas características previamente selecionadas pelo grupo de pesquisadores que compõe a coordenação do Projeto Mestre. Com a amostra selecionada realizaram-se 104 entrevistas em diferentes escolas das 30 CREs do Estado Abordaram-se as diferentes tipologias das instituições, como escolas de ensino médio, ensino fundamental, educação básica, especial, educação de jovens e adultos (EJA), dentre outras. Ao participar das entrevistas nas escolas vislumbrou-se a possibilidade de relacionar o texto da política, que prevê a participação da comunidade escolar na elaboração do SEAP na escola, com as respostas das escolas às entrevistas.

O presente trabalho tem, portanto, dois objetivos: analisar como o texto da política recomenda a participação da comunidade escolar; verificar se a participação prevista ocorreu

nas escolas. A metodologia utilizada para alcançar esses objetivos centra-se na análise de conteúdo de forma qualitativa (BARDIN, 1977), a partir da leitura do Sistema Estadual de Avaliação Participativa – RS e do Caderno de Avaliação nº 1, todos elaborados pela SEDUC nos anos de 2011 e 2012, respectivamente. O segundo movimento será uma análise de conteúdo de forma quantitativa (BARDIN, 1977) criando-se uma tabela com as respostas das escolas a seguinte pergunta: Como foi a participação no diagnóstico do SEAP/RS, nesta escola? Com que intensidade participou cada segmento da comunidade escolar? Essa pergunta encontra-se no Guia para Entrevista e seu Registro, elaborado pela coordenação do Projeto Mestre. Os resultados obtidos na tabela serão redesenhados a partir de gráficos que proporcionam uma visualização percentual da intensidade com que cada segmento participou.

A análise de políticas públicas pode se dar a partir da abordagem do ciclo de políticas públicas, que trabalha com a ideia de contextos do processo de construção das políticas pública. Esses são divididos em contexto da influência, contexto da produção do texto e contexto da prática. Desse modo, irei utilizar a visão de ciclo de políticas para olhar a política como um todo, entendendo que todos os seus contextos são dialéticos e interligados, assim como seus diferentes atores.

Na perspectiva da participação utilizar-se-á o Conselho Escolar, representante da comunidade escolar, em seu papel pedagógico, ou seja, que traz um ensinamento para a comunidade escolar como um todo, recuperando desse modo a perspectiva política que a gestão da escola pública possui (BATISTA, 2014).

## **1.1 Justificativa**

Minha caminhada como universitária iniciou no ano de 2008 no curso de história, após um semestre de curso decidi trocar para o curso de direito, após quatro semestres e trabalhando na área percebi que ainda não seria aquele curso que iria cumprir a minha expectativa de construir uma carreira que me trouxesse satisfação pessoal. Foi então que no ano de 2011 decidi estudar e entrar em um curso que me proporcionasse dar aulas, foi nesse ano que entrei no curso de Letras, porém só pude começar a cursar as aulas no ano de 2012.

Logo, no primeiro semestre, tive o contato com diversas cadeiras da faculdade de educação da UFRGS, em função de trabalhar durante o dia só pude escolher as cadeiras que estavam disponíveis do turno da noite. Surpreendentemente, foi no primeiro semestre do curso em que me deparei, pela primeira vez, com questionamentos que me trouxeram a

inquietação que eu esperava de um curso superior, as disciplinas mesclavam a educação com o direito, pois trabalhavam o direito à educação e mecanismos legais que pretendem qualificar a sua gestão. Durante esse primeiro semestre conclui a disciplina de Sociologia da Educação, ministrada pela professora Neusa Chaves Batista, onde surgiu a oportunidade de entrar na pesquisa, através da iniciação científica. Desse modo, reconheço como marco inicial dos estudos para este trabalho o ano de 2012 com o meu ingresso na pesquisa.

Trabalhei nos anos de 2012 e 2013 com a pesquisa do Plano de Ações Articuladas (PAR), participando de palestras e apresentando-me em salões de iniciação científica e congressos. Nesse momento iniciou meu interesse pelo tema dos Conselhos Escolares ao ver a importância e impacto que eles podem exercer se forem trabalhados da maneira que é previsto legalmente dentro da escola. Já no ano de 2014 entrei em um grupo de pesquisa sobre o Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP), objeto dessa monografia, que me proporcionou perceber a importância das políticas públicas educacionais e principalmente de avaliá-las. Escrevo esse trabalho, portanto, com a intenção de terminar um ciclo que iniciou há cinco anos e que me apresentou o mundo da pesquisa, dos Conselhos Escolares e, acima de tudo, da busca contínua da melhora da educação no Brasil.

## 2 METODOLOGIA

Este trabalho de conclusão de curso utilizou como método de análise a análise de conteúdo. Pretende-se, desse modo, aproveitar o conhecimento da autora sobre o conteúdo abordado bem como as práticas de pesquisa, como aplicação das entrevistas nas escolas, para enriquecer o estudo. A análise de conteúdo segundo Bardin (1977, p 38):

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

O trabalho dividiu-se em três etapas: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Na pré-análise, realizou-se a escolha de três documentos a serem submetidos. O primeiro selecionado foi o Sistema Estadual de Avaliação Participativa – RS, elaborado no ano de 2011 pela SEC, o qual apresenta a política e suas justificativas. O segundo foi o Caderno nº1 – Avaliação Institucional, elaborado no ano de 2012 pela SEC, esse descreve as etapas da política durante o processo de implementação nas escolas. E por último, o terceiro material são 71 entrevistas realizadas nas escolas das 30 CRE do Estado, efetuadas no ano de 2015, com a finalidade de verificar a intensidade com que cada segmento participou da implementação da política na escola.

No segundo momento, da pré-análise, realizou-se a formulação da hipótese, chegou-se assim a seguinte questão: é possível que a participação da comunidade escolar, prevista no texto da política, não se concretize durante a sua implementação nas escolas públicas do Estado. Tomar-se-á a hipótese segundo Bardin (1977, p. 98)

Uma hipótese é uma afirmação provisória que nos propomos verificar (confirmar ou infirmar), recorrendo aos procedimentos de análise. Trata-se de uma suposição cuja origem é a intuição e que permanece em suspenso enquanto não for submetida à prova de dados seguros.

Na última etapa, da pré-análise, efetuou-se a escolha dos objetivos que se apresentam primeiro em analisar como o texto da política recomenda a participação da comunidade escolar na elaboração do diagnóstico na escola, e segundo em verificar se a participação prevista nos documentos ocorreu durante o processo.

Na etapa de codificação pensou-se, primeiramente, na unidade de registro, explorou-se o material de modo a agrupar os trechos dos documentos que podem representar o todo, ou que possuem características bases. Dessa forma é possível compreender e definir a política em

termos gerais. Nessa etapa ainda, tornou-se relevante pensar a unidade de contexto, ou seja, compreender que os dois primeiros documentos analisados foram produzidos pelo Governo através da Secretaria de Educação do Estado, já o último foi construído dentro das escolas com os agentes locais.

Para trabalhar o material tornou-se pertinente a utilização da análise quantitativa na criação de tabelas e gráficos que representam de modo objetivo a resposta das entrevistas, tornando-se possível assim verificar a intensidade de participação de cada segmento da comunidade escolar. Já a análise qualitativa permeia todo o trabalho e é decisiva para os resultados alcançados. As duas abordagens foram pensadas de modo complementar para enriquecer a análise, para Bardin (1977, p 115)

A abordagem quantitativa e a qualitativa não têm o mesmo campo de ação. A primeira obtém dados descritivos através de um método estatístico. Graças a um desconto sistemático, esta análise é mais objetiva, mais fiel e mais exata, visto que a observação é mais bem controlada... A segunda corresponde a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável, a índices não previstos, ou a evolução das hipóteses.

Na última etapa de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, foram feitas a partir da identificação do emissor, SEC ou agentes da escola, do receptor, escola ou pesquisador do projeto, e da mensagem em si, o texto dos documentos. O conjunto dos três itens mostrou-se capaz de revelar realidades, percebeu-se, portanto, qual foi a prática que se instaurou nas escolas e qual a intenção da SEC ao elaborar a política. Com a última etapa do processo tornou-se possível contestar a hipótese inicial e alcançar os objetivos propostos.

### 3 REFERENCIAIS TEÓRICOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Durante os anos de pesquisa, alguns conceitos foram trabalhados e são basilares para compreender em que perspectiva se encaixa o presente trabalho. Apresento, portanto, nesta etapa algumas noções sobre as teorias estudadas.

#### 3.1 Políticas públicas educacionais

Para iniciar a reflexão pensa-se em um contexto amplo onde as relações humanas pós-pacto social necessitam de uma regulação por meio do então instituído Estado, “O contrato social é a metáfora da racionalidade social e política da modernidade ocidental” (SANTOS, 1999, p.7), que irá ditar como a sociedade se organizará e o que é permitido ou não dentro da dinâmica social.

A partir dessa perspectiva ampla de fundação do estado moderno, as relações passam a ser fortemente administradas pela denominada política. Com a eleição de representantes do povo através do voto secreto e direto, contemplado nos fundamentos de nossa Carta Magna, reflete-se sobre qual o papel dessa instância, que passa por momentos tão delicados atualmente no Brasil. Entender-se-á essa prática como “conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quando a bens públicos” (RUA, 1997, p 1). Contudo, para compreendermos um tema tão amplo, buscou-se o aporte da língua inglesa que desenha esse fenômeno em três perspectivas, conforme Farenzena (2011, p 99):

O termo pode significar a esfera política, o sistema político, a estrutura de operação do aparato estatal (*polity* no inglês); também designa a atividade política, a competição política ou processos políticos (*politics*) ou, ainda, a ação pública ou ações públicas (*police, policies*), os programas de ação pública.

Não ignorando o entrelaçamento que ocorre a todo momento no jogo político, nesse momento encaixaremos as políticas públicas, objeto do presente trabalho, na perspectiva da *police*. As ações públicas, portanto, são importantes para garantir que o direito, elencado em nosso ordenamento jurídico, e exposto mais adiante nesse trabalho, atenda aos destinatários da norma de modo a sanar as deficiências existentes em nossa sociedade. Sendo assim “uma

política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas” (RUA, 1997, p.1).

No momento da tomada de decisões, encontram-se em ação diferentes atores, os quais influenciam na construção do sentido que aquela política deve tomar, os objetivos que quer atingir. Entre os atores encontramos os políticos, os burocratas, os privados, os trabalhadores, os organismos internacionais e a mídia (RUA,1997, p.3 e 4). Lembra-se, nesse momento que o SEAP é uma política pública educacional financiada pelo Banco Mundial, sendo assim, durante a construção desse trabalho esse aspecto não foi ignorado. Segundo Batista (2015, p 13):

No contexto dos Estados nacionais capitalistas pós-década de 1970, a avaliação institucional, em especial das políticas públicas de corte social, converte-se em tendência hegemônica decorrente de uma agenda global mais ampla, na qual as organizações internacionais e supranacionais exercem papel fundamental. Tal tendência se expressa pela incorporação nas agendas dos Estados nacionais de um “consenso global” acrítico que vem legitimando a eficácia da avaliação, independente das especificidades locais.

Historicamente, no Brasil, a educação serviu para formar o trabalhador, o técnico, entre os menos favorecidos economicamente, deixando o pensamento científico, as universidades, como privilégio apenas da elite. Somente a partir da constituição de 1988, e através de muita luta que a educação passou a ser um direito universal, necessitando de um período longo até alcançar sua democratização (BATISTA, 2002). Mesmo encontrando dificuldade no que diz respeito à qualidade e oferta na educação infantil, muito se avançou nesse período. Batista (2009, p 41) ressalta:

O equilíbrio das funções do Estado só é alcançado quando a sociedade civil ocupa a sua “função estatal” exercendo controle sobre os serviços públicos e participando ativamente na construção das políticas e Estado.

A educação, portanto, insere-se no campo dos direitos sociais, segundo nossa lei maior, e torna-se imprescindível a construção de políticas públicas que atendam a essa demanda. Nesse sentido, portanto, as políticas públicas educacionais tornam-se importantes reflexos das conquistas da sociedade civil organizada. Entenderemos, em vista disso, as políticas públicas educacionais segundo Farenzena (2011, p.96):

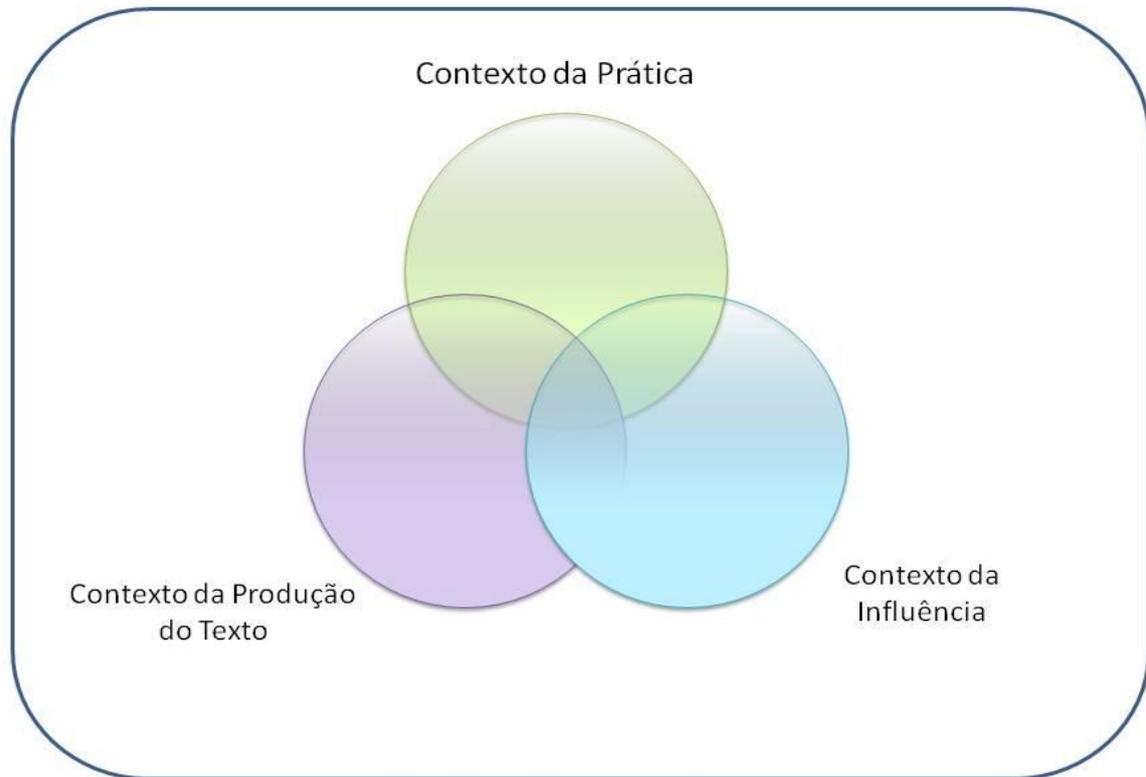
Considero como políticas públicas de educação decisões/ações governamentais que congregam os elementos acima pontuados: conjuntos de decisões/ações que constituem um quadro normativo ou geral de ação, que são expressão de poder público e que constituem uma ordem ou espaço de relações entre os atores para articulação e regulação de consensos e conflitos.

### **3.2 Análise de políticas públicas**

A análise de uma política pública é algo complexo, que possui diversos aspectos a serem considerados. Trabalhar-se-á com a teoria do ciclo de políticas públicas de Stephen Ball, a compreendeu-se a teoria a partir da leitura de diversos textos sobre o tema e por meio de muitos diálogos e aulas com a sua orientadora para criar uma ideia geral, dessa forma a teoria se constitui como base para pensar a política e as diferentes forças que atuam em sua construção durante todo o processo. Considerar-se-á, portanto, a política através de contextos: o contexto da influência; o contexto da produção do texto; e o contexto da prática. Esses não são estanques, são elementos que se relacionam e não estabelecem, propriamente, uma linearidade.

No contexto da influência podemos relacionar com os momentos em que a política é alvo de discussão. Com diferentes atores influenciando a construção de sentido que a política irá atender, esse momento pode-se pensar em arena de embate que pode garantir a proteção de interesses. No contexto da produção do texto é o momento em que as discussões e ideias recebem forma, contudo, o material do texto da política se estenda para os documentos e pronunciamentos que digam respeito à política. É possível nesse momento um aprofundamento na análise do processo de criação da política.

Por conseguinte, no contexto da prática é que os reflexos das discussões anteriores são sentidos. Nesse momento a política é acolhida pelos atores locais e pode ser interpretada, e, até mesmo, reinterpretada para adaptar-se a realidade local. Essa etapa, portanto, é constituída por atores locais, que são tão ativos quanto os produtores do texto da política, pois a estão construindo tanto quanto eles.



**Figura 1** O ciclo de políticas

## **4 CONSELHOS ESCOLARES E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA**

A reflexão sobre os objetivos da educação em nosso país faz-se pertinente para compreendermos os meios necessários para alcançá-los. Sendo assim, encontramos em nosso ordenamento legal três aspectos: o pleno desenvolvimento da pessoa; o seu preparo para a cidadania; e a qualificação para o trabalho. Desenvolve-se, a partir dessa perspectiva, um ordenamento legal que coloca a gestão democrática como articulador para alcançá-los.

### **4.1 Ordenamento legal federal e estadual**

Encontramos, primeiramente, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que coloca a educação no *hall* dos direitos sociais, título II – art.6º, trazendo assim a obrigatoriedade de sua oferta, e qualidade, para todo brasileiro de maneira igual. Já em seu título VIII, da ordem social, capítulo III, da educação, da cultura e do desporto e seção I, educação, vislumbram-se os princípios basilares da educação, no qual encontramos a gestão democrática da escola pública, art. 206º, inciso VI. A partir da Carta Magna, portanto, faz-se necessário a criação de novas leis que acolham esse princípio e que o descrevam para a sua prática.

No segundo momento, encontra-se a Lei 9394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que contempla, em seu art. 2º, a gestão democrática como um dos princípios do ensino público. Ao qualificar esse princípio, em seu art. 14º, define normas para o seu funcionamento, que em seu inciso II acolhe o Conselho Escolar como forma de participação da comunidade escolar.

Dados os dois ordenamentos elaborados no âmbito federal, encontra-se na esfera estadual a lei 10.576/95, que dispõe sobre a gestão democrática do ensino público. Já em seu art.1º, ela define os preceitos para garantir a aplicabilidade da norma, e em seu inciso III, apresenta a participação da comunidade escolar utilizando como mediador os órgãos colegiados. Essa norma tem suma importância para desenhar o funcionamento do Conselho Escolar dentro da escola pública, faz-se necessário elencar algumas de suas atribuições: administrar o estabelecimento de ensino juntamente com a equipe diretiva; convocar assembleia geral da comunidade escolar quando houver decisões divergentes entre ele e a

direção; e aprovar a aplicação dos recursos que serão realizados pelo diretor. Lembra-se que a atividade de conselheiro escolar não é remunerada.

Através do ordenamento legal, portanto, vislumbra-se a obrigatoriedade da criação e funcionamento do Conselho Escolar. Para além da obrigatoriedade destaca-se a importância desse órgão para que a tomada de decisões seja feita em comunidade, atendendo, assim, à vontade e as necessidades da maioria.

#### **4.2 O Conselho Escolar e sua relevância**

O Conselho Escolar é um órgão composto por representantes da comunidade escolar e é o local onde a tomada de decisões é feita em grupo. Para constituí-lo, contudo, é necessário que seus membros sintam-se parte legítima na construção diária da gestão escolar. Dessa forma, pode-se reconhecer o Conselho Escola também como um instrumento de capacitação, que conforme a sua prática ensina a escola a trabalhar de forma compartilhada, reconhecendo, assim, seus múltiplos atores. Conforme Batista (2015, p 12):

Logo, a gestão democrática da escola é um constructo local e sua legitimidade encontra-se extremamente vinculada com a forma com que a comunidade escolar e local incorpora a escola como um bem público, que é de todos, para o bem estar de todos.

O órgão colegiado contribui, ainda, no sentido de tratar os diversos contratempos e reclamações, resultado do cotidiano da escola, tudo de maneira impessoal, facilitando assim a administração dos conflitos. Para além desse aspecto, destaca-se o fato da possibilidade de quebrar com uma prática, comum na gestão pública, reconhecida por Batista em seus diversos estudos sobre Conselhos Escolas, em que o bem público confunde-se com o privado e o poder fica centralizado na mão de um único responsável, perpetuando assim a cultura brasileira do patrimonialismo. Segundo Faoro (2001, p 866):

A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente... Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo — assim é porque sempre foi.

Essa cultura é tão forte que a quebra dessa prática torna-se de suma importância para romper com todo um sistema que exclui da escola aqueles que não tiveram formação

específica: os pais. Esse conflito, entre a forma como se gere a coisa pública e os interesses pessoais é tão antigo que já os Gregos tratavam sobre o assunto. Em *Raízes do Brasil* Sergio Buarque de Holanda (1995, p. 141) relaciona esse conflito com a situação apresentada pelo dramaturgo Sófocles, em que um conflito da esfera pública perpassa a esfera familiar.

Creonte encarna a noção abstrata, impessoal da Cidade em luta contra essa realidade concreta e tangível que é a família. Antígona, sepultando Polínice contra as ordenações do Estado, atrai sobre si a cólera do irmão, que não age em nome de sua vontade pessoal, mas da suposta vontade geral dos cidadãos, da pátria.

Dessa forma vislumbra-se o papel do Conselho Escolar para além dos itens elencados pelo ordenamento legal. Reconhece-se nele um construtor para novas práticas de gestão da escola pública, incluindo no cotidiano da escola os excluídos, historicamente, da tomada de decisões. Gerir o bem público de maneira impessoal torna-se uma prática rotineira quando se adota a gestão democrática como basilar de suas relações.

## 5 SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA – RS

No ano de 2011, a SEDUC elaborou o documento denominado Sistema Estadual de Avaliação Participativa – RS, que tem por finalidade apresentar a política e sua justificativa. Em seu texto inicial encontramos a exposição da forma utilizada até então para medir a qualidade da educação. Os dados apontam para resultados mensurados por meio de avaliações meramente quantitativas, através da aplicação de diferentes provas, que são periodicamente submetidos os alunos. A partir dessa realidade coloca-se a importância de localizar os sujeitos dessas avaliações e situá-los enquanto suas particularidades. Ao fazer o movimento de transformar o quantitativo em qualitativo, a política pretende transformar os números do IDEB em situações particulares que são cotidianas da rede de escolas do RS.

Dessa forma, a representação da educação por meio da avaliação participativa possibilita uma interferência pontual do Estado de modo a sanar as lacunas apontadas. Ao interferir nas trajetórias das escolas, a política pretende mudar a situação da educação gaúcha proporcionando uma melhora na qualidade do ensino.

Para realizar uma avaliação completa da situação educacional, tornou-se necessário envolver as três instâncias da rede, assim participaram da autoavaliação as escolas, as CREs e a SEDUC. Tais avaliações foram divididas em fases denominadas fase local, fase regional/microrregional e fase estadual, respectivamente. Há ainda uma quarta fase que se intitula fase da avaliação externa, descrita brevemente como a interpretação dos dados realizada por uma universidade parceira.

Na perspectiva das escolas, que é onde se insere esse trabalho, a autoavaliação tem como essencial a participação da comunidade escolar para que o relato contido no diagnóstico seja realmente o retrato da realidade escolar. Desse modo ressalta-se no documento analisado a importância da participação para a construção de um diagnóstico realmente qualitativo ao qual se propõe o SEAP.

Para alcançar os pontos destacados até o momento o documento aponta dois objetivos específicos:

- a) Estabelecer um conjunto de indicadores fundamentais aplicáveis por meio de uma metodologia participativa, que favoreça a produção de esforços coletivos na efetivação de uma escola de qualidade social e ajude na tomada de decisão necessária na área da política educacional do Estado.

b) Propiciar as escolas estaduais, CREs e SEDUC uma base técnica de perspectiva na realização de avaliação institucional com vistas às reorganizações periódicas a fim de superar as limitações constatadas.

O documento também relata como será o material entregue para a autoavaliação e como será sua divisão. Nesse documento, encontramos uma divisão diferente da descrita pelo caderno, próximo documento analisado, portanto, sua exemplificação ficará para o próximo item. Contudo pode-se apontar a divisão por dimensões, indicadores e descritores que se mantém ao longo do processo.

## **5.1 O caderno nº 1**

O segundo documento analisado foi o Caderno de Avaliação nº 1 que se refere à Avaliação Institucional. No princípio do texto encontramos os norteadores para o SEAP, que salienta a democratização e qualidade do ensino como cidadania e as estratégias de: qualificação e democratização da gestão; valorização profissional; modernização tecnológica e recuperação física da rede estadual de ensino; reestruturação curricular da educação básica e formação continuada. Tais estratégias se desdobraram ao longo das dimensões contidas no formulário aplicado nas escolas.

Ressalta-se novamente a importância da participação para a elaboração do diagnóstico, colocando como central o desenvolvimento de uma análise constante do processo de ensino-aprendizagem, assim como a prática de avaliação para desenvolver a reorganização periódica da escola, bem como de ações. Aponta-se também para a visão do SEAP-RS que está em consonância com as Diretrizes Nacionais Gerais para a Educação Básica, que fala sobre avaliações internas e externas.

Encontra-se representada a constituição do SEAP que é dividido em cinco cadernos, sendo o primeiro o de orientações para a avaliação institucional, o segundo roteiro para avaliação coletiva da escola, o terceiro roteiro para a avaliação coletiva da CRE, o quarto a avaliação coletiva da SEDUC e por último o roteiro para avaliação individual que durante o processo não chegou a ser implementado.

Neste momento é possível descrever a funcionalidade de cada elemento da análise descrito anteriormente. As dimensões tratam de elementos mais gerais, os indicadores apresentam elementos mais particulares daquela dimensão e os descritores que são os desdobramentos que apontam a gradação em que a escola encaixa cada descritor de acordo

com sua realidade. Podemos, portanto, perceber um movimento gradativo que vai do mais amplo ao mais restrito, podendo também relacionar-se com as etapas do processo de avaliação, que pretende realizar a avaliação através de um processo e não de uma etapa rígida, conforme imagem que segue:

ETAPA	TAREFA	PERÍODO
<b>1ª Etapa</b>	Elaboração do Diagnóstico Preliminar	<b>Entre 15 e 31 de outubro</b>
<b>2ª Etapa</b>	Reuniões de cada segmento da comunidade escolar /setor/departamento para analisar o diagnóstico preliminar. Discussão, posicionamento e escolha de representantes para compor a Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional.	<b>Entre 1º e 30 de novembro</b>
<b>3ª Etapa</b>	Consolidação da avaliação institucional pela Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional.	<b>Entre 1º e 15 de dezembro</b>

Para concluir essas etapas encontram-se as Orientações para a Fase Local Avaliação Institucional da Escola, a qual se atenta diretamente para a relação com a participação efetiva que ocorreu, ou não, nos resultados dos questionários aplicados pelos pesquisadores do Projeto Mestre nas escolas. A primeira etapa, centra-se em elaborar um diagnóstico preliminar realizado pelo Conselho Escolar com base nas dimensões e indicadores, não contemplando nesse momento os descritores.

Na segunda etapa, devem-se realizar reuniões por segmentos, sendo necessário eleger um representante por segmento, que formará a Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da Escola, utilizada da terceira etapa. Os segmentos serão considerados enquanto: alunos, todos os alunos do quinto ano do ensino fundamental em diante ou aqueles acima de doze anos; professores e funcionários, todos os profissionais lotados na escola, sejam eles efetivos ou temporários; pais e mães, todos os responsáveis legais ou reconhecidos pela escola por estudantes matriculados no estabelecimento de ensino.

Em relação à Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da Escola cabe ressaltar sua formação que se dá pelas proporções:

- **Escolas com até 100 alunos:** no máximo de dezoito (18) membros, resguardando a proporcionalidade de 1/3 (um terço) para cada segmento.
- **Escolas com 101 a 500 alunos:** no mínimo dezoito (18) e no máximo trinta (30) membros, resguardando a proporcionalidade de 1/3 de professores e funcionários, 1/3 de alunos e 1/3 de pais de alunos da escola.
- **Escolas com 501 a 1.000 alunos:** no mínimo trinta (30) e no máximo quarenta e cinco (45) membros, resguardando a proporcionalidade de 1/3 de professores e funcionários, 1/3 de alunos e 1/3 de pais de alunos da escola.
- **Escolas com mais de 1.001 alunos:** no mínimo quarenta e cinco (45) e no máximo sessenta (60) membros, resguardando a proporcionalidade de 1/3 de professores e funcionários, 1/3 de alunos e 1/3 de pais de alunos da escola.

A partir dessa comissão será realizada a terceira etapa que pretende consolidar todas as discussões e percepções dos diferentes segmentos sobre a escola, nesse momento novamente será escolhido um coordenador dos trabalhos. Após a compilação de todas as discussões em um único registro é de responsabilidade da direção, ou a quem for delegada, inserir a pontuação dos indicadores e as justificativas no sistema online.

## **6 BREVE RELATO SOBRE AS ENTREVISTAS REALIZADAS NAS ESCOLAS NOS MESES DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2015 E FEVEREIRO E MARÇO DE 2016**

Nos meses de novembro e dezembro de dois mil e quinze, e fevereiro e março de dois mil e dezesseis, os pesquisadores do Projeto Mestre realizaram entrevistas em 104 escolas da rede Estadual, tratando-se de amostra representativa gerada pelos especialistas do Projeto Mestre. Da mesma forma dividiu-se proporcionalmente as 30 CREs, e, ainda, levando em consideração as distintas tipologias que as unidades de ensino abarcam como escola de ensino médio, ensino fundamental, educação básica, especial, EJA, dentre outras. As entrevistas realizaram-se com base no Guia para Entrevista e seu Registro, elaborado pela coordenação do Projeto Mestre o qual tomava como base o SEAP realizado nas escolas no ano de 2014, porém em algumas perguntas se retomava aspectos de 2012 e 2013.

A presente pesquisadora participou de nove entrevistas realizadas em três diferentes CREs. A aluna realizou o contato por telefone para agendar as entrevistas com os diretores de escola, ressalta-se que a entrevista deveria ser aplicada preferencialmente aos membros do Conselho Escolar que participaram da implementação do SEAP, contudo, em muitas escolas quem recebeu os pesquisadores foi algum membro da equipe diretiva. No processo de entrevistas preparou ainda o material adequado para a sua realização, viajou para o interior do Estado para aplicar os questionários, bem como transcreveu os áudios de todas as entrevistas realizadas. Esse processo foi fundamental para o surgimento deste trabalho de conclusão de curso, assim como extremamente enriquecedor para a construção pessoal da aluna enquanto pesquisadora. As diferentes realidades que encontrou, nos mais diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, e todo o processo técnico de construção de uma pesquisa *in loco*, qualificaram o olhar pelo qual a aluna compreende a gestão da educação em nosso Estado.

## 7 A INTENSIDADE DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SEAP/RS NAS ESCOLAS.

Tomaremos como objeto a questão nº1 do Guia de Entrevistas e seu Registro, que diz respeito à participação: como foi a participação no diagnóstico do SEAP/RS, nesta escola? Com que intensidade participou cada segmento da comunidade escola? Essa pergunta vinha junto de um quadro o qual os pesquisadores deveriam, a partir da resposta dos entrevistados, inferir uma resposta. Segue o quadro com um preenchimento exemplificativo:

Segmento	Intensidade da participação		
	Participou de todo o processo	Participou de parte do processo	Não participou do processo
Alunos	1. <input checked="" type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>
Equipe diretiva	1. <input checked="" type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>
Funcionários	1. <input checked="" type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>
Pais	1. <input checked="" type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>
Professores	1. <input checked="" type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>

Quadro 1 – Modelo exemplificativo.

A partir desse quadro elaborou-se uma tabela para representar a intensidade da participação de cada segmento. Os registros das entrevistas foram agrupados pela coordenação do Projeto Mestre, para subsídio das diferentes pesquisas em andamento, porém para preservar a confidencialidade das escolas entrevistadas utilizaremos apenas os números obtidos pela primeira tabela.

Tabela 1 Intensidade da participação de cada segmento

Segmentos	Participou de todo o processo	Participou de parte do processo	Não participou do processo
Alunos	45	23	2
Equipe Diretiva	70	1	0
Funcionários	45	24	1
Pais	32	36	3
Professores	62	8	1

Para melhor compreender a maneira com que cada segmento participou efetivamente do processo de implementação do SEAP nas escolas, tornou-se pertinente evidenciar seus níveis de participação através de gráficos percentuais.

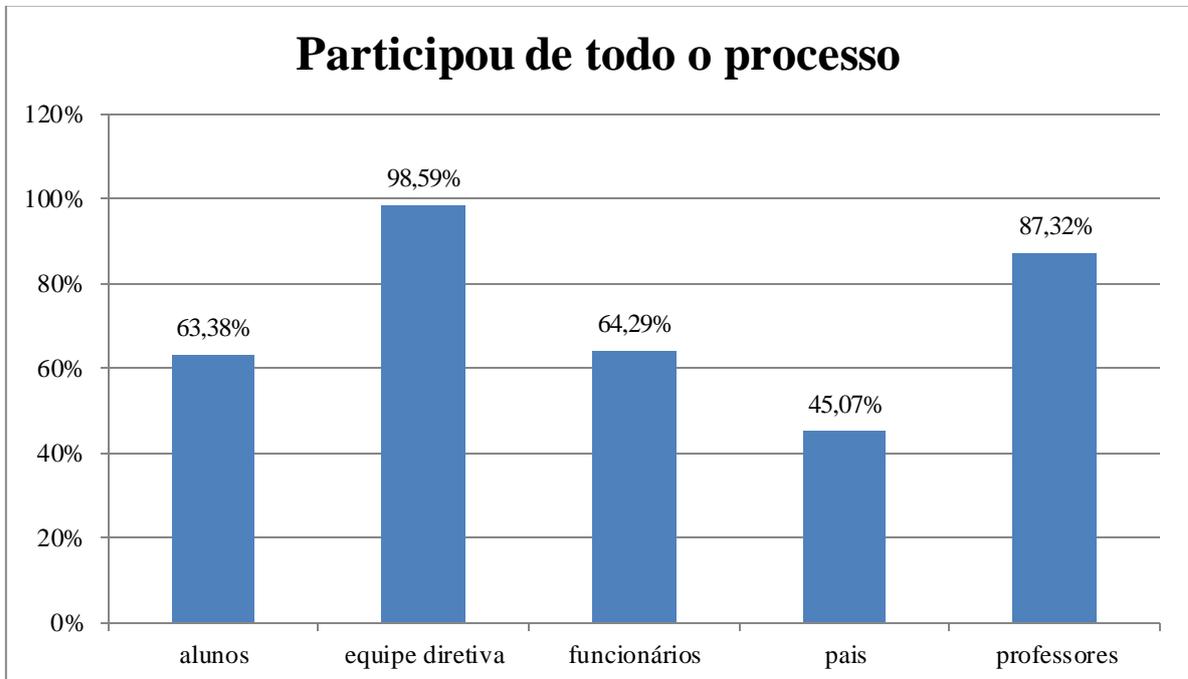


Gráfico 1 Participou de todo o processo. **Fonte:** 71 escolas da Rede Estadual de Ensino do RS.

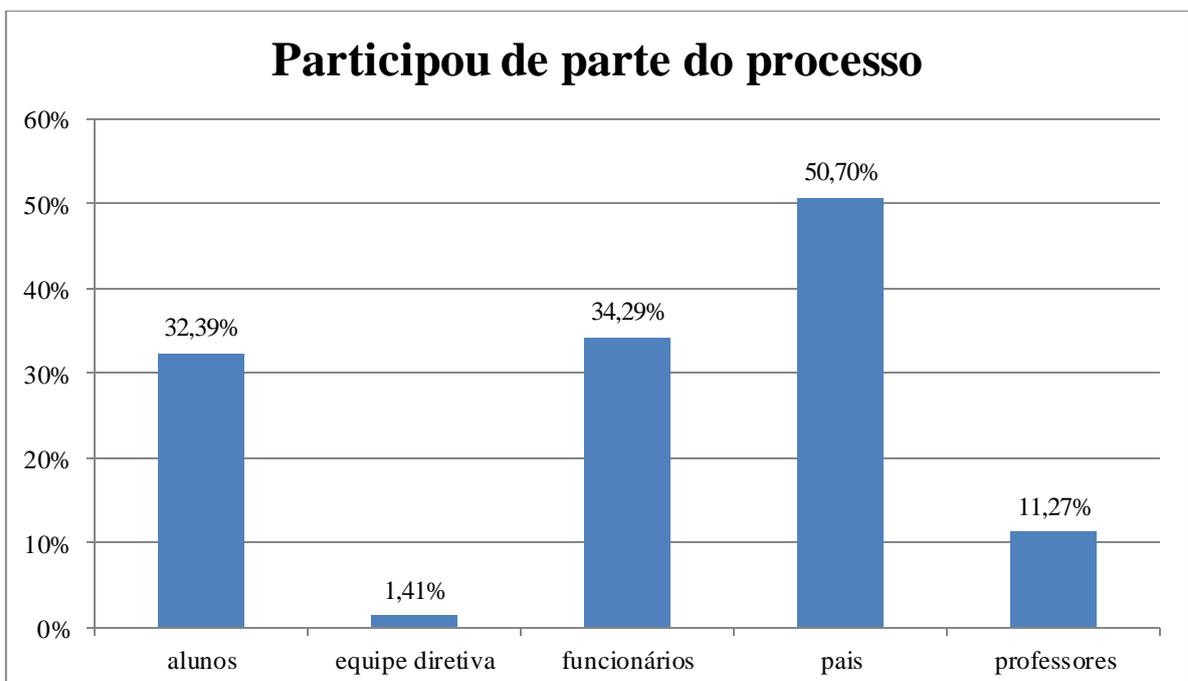


Gráfico 2 Participou de parte do processo. **Fonte:** 71 escolas da Rede Estadual de Ensino do RS.

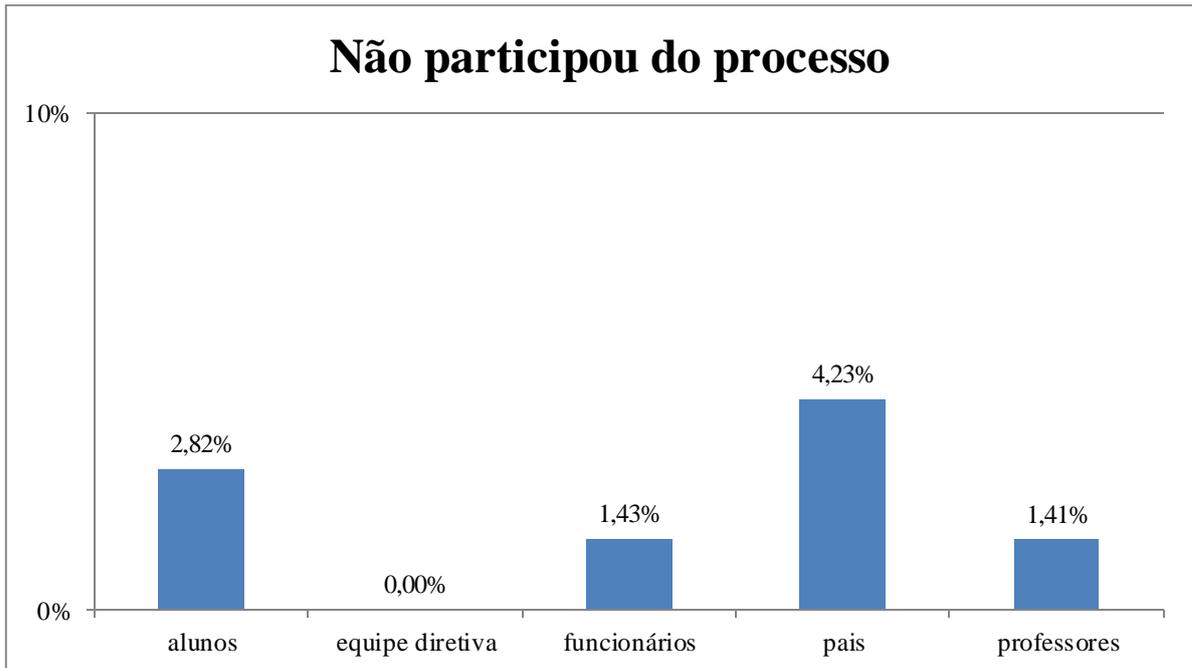


Gráfico 3 Não participou do processo. **Fonte:** 71 escolas da Rede Estadual de Ensino do RS.

Esclarece-se o fato dos dados tratarem de setenta e uma escolas da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul. A diferença de trinta e oito escolas entre as entrevistadas e as que se utilizará refere-se aos guias entregues pelos pesquisadores a coordenação do projeto, os demais ainda não foram compiladas para estudo. Lembro, ainda, que nove das entrevistas foram realizadas pelo subprojeto Conselhos Escolares com a participação da presente aluna. Ressalta-se, ainda, que no segmento alunos tratamos com apenas setenta referências, visto que uma das escolas entrevistadas era Especial e o segmento alunos não participa do processo de gestão da escola, tampouco está representado no Conselho Escolar. Por último, explico que o segmento funcionário também possui setenta representações pois não foi assinalada nenhuma opção em um dos guias de entrevistas.

## 8 ANÁLISE DOS DADOS

No gráfico nº 1 percebe-se que a política foi majoritariamente implementada com a participação da equipe diretiva em todo o seu processo, seguida pela participação dos professores. Com uma porcentagem intermediária e próxima, localizam-se os segmentos funcionários e alunos, com porcentagens em torno dos 65%. O menor índice de participação em todo processo foi do segmento pais, que não alcançou nem 50%.

No gráfico nº2 a situação se inverte e encontramos mais da metade dos pais participando, apenas, de parte do processo. Os funcionários e os alunos permanecem com uma porcentagem próxima, em torno dos 30%. Já os professores representam um valor menor nesse momento, que não chega a 15%, sendo que da equipe diretiva apenas 1,41% encontram-se nesse grupo.

O 3º e último gráfico, mesmo sendo relacionados a poucas escolas, faz-se pertinente sua análise porque algumas escolas não tiveram a participação dos segmentos em nenhum momento da implementação da política, ou seja, não foram consultados para preencher nenhum dos campos da autoavaliação da escola.

### 8.1 Reflexão sobre os resultados encontrados

Ao se vislumbrar as avaliações da qualidade educacional Brasileira deparamo-nos com avaliações quantitativas, essas são constituídas de diversas provas aplicadas aos alunos da rede pública de ensino, e das taxas de aprovação apontada pelo censo escolar, dessa maneira que se forma o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Partindo dessa perspectiva torna-se pertinente o seguinte questionamento: Quais elementos podem retratar a realidade escolar de maneira mais fiel? A resposta dessa pergunta não é simples, porém tentar-se-á levantar alguns aspectos que possam contribuir para uma resposta.

O primeiro dado que se deve levar em consideração é o tamanho continental de nosso País, a partir dessa informação pode-se inferir que somos formados por múltiplas realidades que se desenham de acordo com a prática local de cada Estado. Pode-se, portanto, reconhecer a importância de uma avaliação que leve em consideração o regional e que faça previamente um levantamento das práticas e costumes locais.

O segundo, e talvez o mais importante, dado que deve ser levado em consideração são os diferentes sujeitos que compõe a escola pública. Para retratar a realidade da escola é

preciso ouvir esses sujeitos, visto que diferentes vozes podem obter diferentes pontos de vista sobre um mesmo tema, resultando assim em uma representação mais significativa dos hiatos que as escolas públicas possuem. Evidencia-se, em vista disso, que um instrumento avaliativo deveria conter espaço para representar os diferentes pontos de vista que encontramos dentro da escola.

Após apontar dois elementos para uma avaliação representativa da realidade escolar, apresenta-se a importância do instrumento que une os diferentes sujeitos da escola pública: o Conselho Escolar (CE). O Conselho Escolar, entidade máxima da gestão escolar e previsto no ordenamento legal (BATISTA, 2014), é o órgão colegiado que se constitui por pais, alunos, professores, funcionários e equipe diretiva. Tomar-se-á seu papel pedagógico, para Batista (2014, p 86)

[...] Outro aspecto a ser salientado neste estudo, diz respeito ao papel pedagógico do conselho escolar na recuperação da dimensão política da gestão da escola pública brasileira. Tendo como referência a democracia participativa, a comunidade escolar e local vislumbra a possibilidade de enfrentamento real dos conflitos e contradições emergentes no espaço escolar, com efeito, induzindo à reflexão e a tomada de decisão conjunta [...]

Com esse olhar entende-se a relevância que do Conselho Escolar ao incitar um maior debate na elaboração da avaliação institucional. Com a habitualidade da participação do órgão gerar-se-á maiores ponderações a cerca do universo escolar, propiciando que se vislumbre não somente as lacunas de seu sistema, como também a respostas para supri-las. Como exemplo podemos utilizar o isolamento da direção da escola para implementar as diversas políticas vindas das diferentes esferas de governo, quando detectado como uma lacuna, torna-se possível reverter esse quadro a partir da colaboração dos membros do Conselho Escolar. Infere-se, portanto, o destaque que o Conselho Escolar deve ocupar dentro das diversas avaliações que a escola deveria fazer periodicamente para melhorar as suas práticas de gestão, pedagógicas, entre outras.

Consideram-se, isto posto, as diferentes interferências dos atores que implementaram o SEAP-RS nas escolas gauchas. Durante o processo nas instituições de ensino a política se transformou em uma autoavaliação realizada pelos membros que estão envolvidos diretamente na rotina educacional, tornando-se, portanto, um indicador do envolvimento dos integrantes das escolas na execução das políticas públicas. Ao analisar os gráficos, desenhou-se um quadro aonde o segmento pais tem menor participação na implementação da política, assim como menor interferência na tomada de decisões diárias das escolas. Um fator pode ser

a falta de tempo disponível, visto que a maioria dos pais de escolas públicas trabalham em turno integral, alguns, até, em jornadas duplas. Outro ponto de interferência pode ser a falta de conhecimento do funcionamento da escola, por estar mais distante do universo escolar, podem vislumbrá-lo como um ambiente ocupado apenas por especialistas.

Finaliza-se a reflexão com o tema que permeia todas as relações entre os entes públicos e o privado em nosso país, o patrimonialismo. Durante as visitas nas escolas percebeu-se a figura do diretor como dono do local, a pessoa que toma prioritariamente as decisões e as considera como suas obras. Essa percepção reflete-se nos percentuais de participação que os gráficos trouxeram, pois os atores “menos qualificados” academicamente são os que participaram menos da implementação da política. Acredita-se que o maior indicador de que essa prática ainda deve ser objeto de questionamento, e que mais políticas devem ser criadas tomando como atores os segmentos da comunidade escolas, é o alto índice de não participação dos pais em todas as etapas de implementação da política.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação do CE para realizar a avaliação na escola nos coloca um novo tipo de avaliação, a denominada autoavaliação. Essa prática consiste na retomada das práticas escolares a partir de uma visão crítica que possibilite a mais fiel representação de sua situação. A ação de olhar as próprias atitudes possibilita descrever de maneira fiel as práticas cotidianas, bem como a mudança sistemática a partir do reconhecimento dos déficits que prejudicam a instituição. Com essa visão produzem-se insumos para ações que melhorem sua rotina, bem como indica para o Estado onde sua assistência não está sendo suficiente, gerando, assim, ações governamentais para corroborar com o processo de evolução da gestão da escola pública.

As reflexões geradas por esse trabalho de conclusão de curso pretendem expandir a discussão a cerca da análise de políticas públicas com foco na descentralização da gestão escolar, bem como a reflexão sobre a importância da autoavaliação participativa para a melhora da educação nacional. Por tratar-se de assuntos que não se esgotam, deve-se enfatizar a importância de políticas públicas que visem diagnosticar a qualidade da educação de forma qualitativa, reconhecendo seus diferentes sujeitos, e a partir dele gerando ações locais e governamentais. Acredito, portanto, que apenas a busca constante pelo aprimoramento do sistema educacional como um todo será capaz de tornar-nos uma nação que oferece para seus jovens um sistema de ensino público de qualidade.

A caminhada de pesquisa para produzir esse trabalho de conclusão de curso não se deu em um semestre, ela foi longa e prazerosa, alcançando no final de 2016 cinco anos. A produção de artigos, as apresentações em salões de iniciação científica, a participação e apresentação em congressos, as práticas administrativas de pesquisa, as longas transcrições e as inúmeras reuniões com a orientadora, colocaram a aluna em um ambiente de imersão, onde a busca pela melhora da educação era o foco central. Ficaré de mais precioso o modo de ver o mundo, onde as políticas sociais pretender tornar as relações humanas mais juntas e mais iguais, levando direitos a segmentos historicamente excluídos. Fica o desejo de contribuir cada dia mais para o avanço da pesquisa em políticas e gestão da educação.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Editora: Presses Universitaires de France, 1977.

BATISTA, N. C. A formação de conselheiros municipais de educação e a gestão de mocrática dos sistemas municipais de ensino: uma política pública em ação. 2009. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009.

\_\_\_\_\_. *Democracia e Patrimonialismo: dois princípios em confronto na gestão da escola pública municipal de Porto Alegre*. Porto Alegre, UFRGS, Programa de Pós-graduação em Sociologia/PPGS (Mestrado em Sociologia), 2002.

\_\_\_\_\_. Gestão de políticas públicas educacionais no âmbito local: o desafio dos conselhos municipais de educação. *Revista Ver Educação*, Belém, v. 9, nº 1, p. 135-157, jan./jun. 2003.

\_\_\_\_\_. *Políticas públicas para a gestão democrática da educação: um estudo do Programa Nacional de Formação de Conselheiros Municipais de Educação*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013.

\_\_\_\_\_. O conselho escolar como instrumento da gestão democrática da escola pública: uma construção “sem fim”. *Políticas Educativas*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 71-88, 2014.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988 (preceitos sobre a educação, na redação original e com a atualização dada pelas Emendas Constitucionais 14/96, 53/06, 59/09).

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 23 dez. 1996.

BALL, Stephen J. *Education Reform: a critical and post structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994.

BOWE, R.; BALL, S; GOLD, A. *Reforming education and changing schools: case studies in policy sociology*. London: Routledg, 1992.

FAORO, Raymundo. Os donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro. 3ª edição, Globo 2001.

FARENZENA, N. Responsabilidade Pública para com as políticas públicas de educação:

algumas reflexões. *Políticas Educativas*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 96-112, 2011.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo - Companhia das Letras, 1995.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 27 n. 94, p. 47-69, 2006.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP/RS). *Cadernos de Avaliação nº 1*. Roteiro para Avaliação Coletiva das Dimensões. Institucional da Escola. Porto Alegre: Seduc/RS, outubro de 2012

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Educação. Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP/RS). *Cadernos de Avaliação nº 2*. Roteiro para Avaliação Coletiva das Dimensões. Institucional da Escola. Porto Alegre: Seduc/RS, outubro de 2012b.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 48.744, de 28 de dezembro de 2011. Institui o Sistema Estadual de Avaliação Participativa do Estado do Rio Grande do Sul – SEAP/RS, e dá outras providências. In: RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA (SEAP/RS). *Cadernos de Avaliação nº 1*. *Orientações para a elaboração da avaliação institucional*. Porto Alegre: Seduc/RS, outubro de 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.576, de 14 de novembro de 1995. Dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público e dá outras providências. Atualizada até a lei nº 13.990, de 15 de maio de 2012.

SANTOS, B. S. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: HELLER, Agnes et al (orgs.). *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

## ANEXO A – Guia para a Entrevista e seu Registro



FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FACED  
Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação

Projeto: Análise e Avaliação Externa de Processos e de Resultados Atinentes à  
Avaliação Institucional Participativa do Sistema Estadual de Avaliação Participativa -  
SEAP/RS -

### GUIA PARA A ENTREVISTA E SEU REGISTRO

#### 1. Registros da entrevista

##### 1.1. Identificação da Escola:

Nome da Escola:	
CRE:	Município:
Número de alunos:	Turnos de funcionamento: 1. <input type="checkbox"/> Manhã    2. <input type="checkbox"/> Tarde    3. <input type="checkbox"/> Noite
Etapas e modalidades:	Número Identificação da Escola:

##### 1.2. Identificação do principal entrevistado

Nome do principal entrevistado:		
Função/Cargo:	Fone: (    )	Email:

##### 1.3. Identificação dos outros entrevistados

Nome do entrevistado 2:	Função/Cargo:
Nome do entrevistado 3:	Função/Cargo:
Nome do entrevistado 4:	Função/Cargo:
Nome do entrevistado 5:	Função/Cargo:
Nome do entrevistado 6:	Função/Cargo:

##### 1.4. Identificação do(s) entrevistador(es)

Nome do entrevistador 1:	Fone: (    )	Email:
Nome do entrevistador 2:	Fone: (    )	Email:
Data da entrevista:    /    /	Horário de início da entrevista:    :	

##### 1.5. Forma de captação das informações (pode marcar mais de uma das alternativas)

1. <input type="checkbox"/>	Entrevista realizada com base no instrumento de campo e gravada em áudio.
2. <input type="checkbox"/>	Outros:

##### 1.6. Outros processos técnicos

Nome do Transcritor(a):	Fone: (    )	Email:
Revisor(a) da transcrição:	Fone: (    )	Email:

## 2. Guia para a entrevista (breves notas durante a entrevista; registros completos posteriormente)

### 2.1. Avaliação do processo de implementação do SEAP

2.1.1. Como foi a participação no diagnóstico do SEAP/RS, nesta escola? Com que intensidade participou cada segmento da comunidade escolar? (Pode marcar mais de uma alternativa)

Segmento	Intensidade da participação		
	Participou de todo o processo	Participou de parte do processo	Não participou do processo
Alunos	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>
Equipe diretiva	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>
Funcionários	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>
Pais	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>
Professores	1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>

2.1.2. Porque foi assim? (resumir as explicações/justificativas das diversas vozes) alternativas acima.

2.1.3. Como foi a comunicação ou orientação da CRE para a escola, visando a implementação do SEAP?

1.  Reuniões na CRE
2.  Reuniões na Escola
3.  Seminários regionais
4.  Webconf, e-mails, etc.
5.  Outros:

2.1.4. Houve alguma diferença na forma de orientação da CRE, entre 2012, 2013 e/ou 2014?

2.1.5. Houve algum avanço na elaboração do diagnóstico de 2014, em relação a 2012 e 2013?

2.1.6. Neste ano de 2015 houve alguma orientação da CRE sobre a implementação do SEAP?

2.1.7. O SEAP/RS permitiu uma autoavaliação da situação da escola?

1.  Sim
2.  Em parte
3.  Não

Por quê?

2.1.8. Quais dimensões e indicadores propiciaram maior reflexão para a escola? (cartela de memória)

2.1.9. Haveria dimensões ou indicadores dispensáveis?

2.1.10. Faltaram dimensões ou indicadores importantes para a autoavaliação da escola? Quais?

2.1.11. Como foi o uso do sistema on line do SEAP? A escola conseguiu registrar sua autoavaliação?  
Houve problemas? Quais?

2.1.12. A escola teve acesso aos relatórios do SEAP 2012-2013 produzidos pela equipe da UFRGS?

1.  Sim
2.  Não

Caso vocês tenham tido acesso aos relatórios, utilizaram estas informações? De que forma?

## 2.2. Avaliação do impacto do SEAP na escola

2.2.1. Nesta escola, antes do SEAP, vocês já tinham alguma experiência de avaliação institucional? Se sim, como era este processo ou momento? Era autoavaliação? Coletiva?

2.2.2. O SEAP provocou algumas ações na escola? Há hoje alguma diferença em decorrência do SEAP?

2.2.3. O SEAP permitiu uma reflexão e análise da prática pedagógica da escola? Em que sentido?

2.2.4. O SEAP qualificou o processo de gestão da escola? De que forma?

2.2.5. Vocês conseguiram estabelecer algum tipo de planejamento da escola para 2015, a partir do diagnóstico realizado em 2014?

### **2.3. Avaliação geral da política**

2.3.1. Que sugestões você(s) daria(m) para melhoria do SEAP?

2.3.2. As outras avaliações de que a escola participa (ANA, Prova Brasil, ENEM, Provinha Brasil) , ajudam a avaliar a escola?

2.3.3. Há ou seria possível estabelecer alguma relação entre estas avaliações nacionais e o SEAP?

2.3.4. Há algum outro aspecto, comentário ou sugestão que vocês possam fazer para nos ajudar na avaliação externa do SEAP?

**ANEXO B – Caderno de Avaliação N° 1**

Secretaria da Educação



**SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA  
SEAP-RS**

**CADERNO DE AVALIAÇÃO  
N° 1**

**Orientações para a elaboração da  
Avaliação Institucional  
Outubro 2012**

**SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA  
SEAP-RS**

OUTUBRO 2012

**GOVERNADOR DO ESTADO**

TARSO GENRO

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

JOSE CLOVIS DE AZEVEDO

**SECRETÁRIA-ADJUNTA DA EDUCAÇÃO**

MARIA EULALIA NASCIMENTO

**CHEFE DE GABINETE**

SIMONE MOSNA DEMOLY

**ASSESSORIA TÉCNICA**

COORDENADOR: JOSÉ THADEU RODRIGUES DE ALMEIDA

**ASSESSORIA JURÍDICA**

AGENTE SETORIAL: ERNESTO JOSÉ TONIOLO

COORDENADOR: EDSON MENDES

**ASSESSORIA DE IMPRENSA**

COORDENADORA: MARCELA MARTINS SANTOS

**DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO**

DIRETOR: SILVIO JANDIR DA SILVA ROCHA

**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO**

DIRETORA: DOLORIS OCAMPOS

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**

DIRETORA: VIRGÍNIA MARIA DA SILVA NASCIMENTO

**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**

DIRETOR: CLAUDIO SOMMACAL

**DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA E SUPRIMENTO**

DIRETORA: ANA CLAUDIA FIGUEROA

**DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS**

DIRETOR: ANTONIO MARANGON

**EQUIPE DE ELABORAÇÃO**

SILVIO ROCHA (DIRETOR PEDAGÓGICO)

MARIA EULALIA NASCIMENTO (SECRETÁRIA-ADJUNTA)

ROSA MOSNA (ASSESSORA TÉCNICA DO GABINETE DO DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO)

GUILENE SALERNO (ASSESSORA TÉCNICA DO GABINETE DO SECRETÁRIO)

## APRESENTAÇÃO

O Programa de Governo da Gestão 2011-2014 foi orientado pela concepção de educação de qualidade social como direito de cidadania. Uma das diretrizes do Programa é a “Democratização e Qualidade do Ensino com Cidadania”, que se desdobra nos seguintes eixos estratégicos:

- Qualificação e Democratização da Gestão;
- Valorização Profissional;
- Modernização Tecnológica e Recuperação Física da Rede Estadual de Ensino;
- Reestruturação Curricular da Educação Básica e Formação Continuada.

Dentre as ações que buscam materializar o eixo da “Qualificação e Democratização da gestão”, que tem como objetivo a busca da melhoria da qualidade da educação básica pública, está a instituição do Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP/RS), por meio do Decreto nº 48.744, de 28 de dezembro de 2011.

O SEAP/RS, com suas seis dimensões e cinquenta indicadores e respectivos descritores, possibilitará às escolas, às Coordenadorias Regionais (CREs) e ao órgão central da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) realizar uma reflexão sobre as ações e condições sob as quais está sendo desenvolvido o processo de ensino-aprendizagem na Rede Estadual de Ensino.

Atualmente, para que se atinja uma educação de qualidade social com cidadania, é indispensável que as instituições educacionais elaborem planejamento de gestão pautado por um método participativo e pedagógico e monitorem sua execução permanentemente. Esses procedimentos permitirão a análise constante do processo de ensino-aprendizagem e dos seus resultados e a utilização desses dados como elementos de reorganização e ressignificação da prática escolar. Também concorrerão para estabelecer ações que promovam uma cultura pedagógica comprometida com a aprendizagem de todos.

Desta forma, refletir com a comunidade escolar as dificuldades e possibilidades da Rede Estadual de Ensino significa estimular o aperfeiçoamento das instituições e das políticas educacionais. Este é o grande diferencial do SEAP/RS: ele envolverá a comunidade escolar na produção de diagnóstico e de alternativas para qualificar a educação pública estadual.

Esta avaliação institucional também contribuirá para a consolidação de princípios e conceitos que fundamentam o trabalho na Rede Estadual de Ensino e estruturam o cotidiano das escolas, como gestão democrática, participação, conhecimento como construção do sujeito, avaliação emancipatória, dentre outros.

É importante destacar que o SEAP/RS vai ao encontro das orientações contidas na Resolução Nº 4/2010 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, sendo que o inciso II do art. 46 trata da avaliação institucional interna e externa no ambiente educacional e, o inciso III trata da avaliação de redes de Educação Básica, temas explicitados nos art. 52 e 53 da mesma Resolução. Para o CNE (2010, p. 16):

Art. 52. A avaliação institucional interna deve ser prevista no projeto político pedagógico e detalhada no plano de gestão, realizada anualmente, levando em consideração as orientações contidas na regulamentação vigente, para rever o conjunto de objetivos e metas a serem concretizados, mediante ação dos diversos segmentos da comunidade educativa, o que pressupõe delimitação de indicadores compatíveis com a missão da escola, além de clareza quanto ao que seja qualidade social da aprendizagem e da escola.

Art. 53. A avaliação de redes de Educação Básica ocorre periodicamente, é realizada por órgãos externos à escola e engloba os resultados da avaliação institucional, sendo que os resultados dessa avaliação sinalizam para a sociedade se a escola apresenta qualidade suficiente para continuar funcionando como está.

Implantar o SEAP/RS em todas as suas fases – local, regional e estadual – significa concretizar um processo que reafirma a avaliação como um instrumento importante para explicitar os processos internos que ocorrem em cada instância, com o objetivo de diagnosticar quali e quantitativamente a Rede Estadual de Ensino

e qualificar a gestão, aprofundando o controle público com inovação, participação e transversalidade.

No Sistema Estadual de Avaliação Participativa é fundamental participação e compromisso de todos, pois é por meio dessa dinâmica que se reforça o diálogo entre os agentes sociais internos e externos na análise institucional da Rede Estadual de Ensino, constituindo-se, portanto, um momento pedagógico importante de reflexão sobre a educação estadual.

O SEAP/RS também possibilitará consolidar a colaboração com as Instituições de Ensino Superior, em um grande movimento de pensar a SEDUC, as CREs e as escolas: sua gestão, sua prática pedagógica, suas condições físicas e materiais, fazendo um diagnóstico qualitativo do sistema educativo gaúcho, com vistas a detectar suas limitações, seus avanços e suas possibilidades para oferecer uma educação pública de qualidade social, e, a partir deste diagnóstico, promover mudanças de prática e direcionamento da política educacional necessárias visando à melhoria da qualidade social da educação. O diagnóstico da Rede Estadual também poderá apontar a necessidade de mudanças e aperfeiçoamento da formação docente.

## CONSTITUIÇÃO DO SEAP/RS

O SEAP/RS é constituído por um conjunto de cinco (5) **Cadernos de Avaliação**. Deste conjunto, em três (3) Cadernos (Nº 2, Nº 3 e Nº 4) estão explicitadas as dimensões, os indicadores e os descritores, com as suas respectivas pontuações, que avaliarão as escolas, as CREs e o órgão central da SEDUC e que estão no portal operacional e de gestão on-line do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>), customizado pela Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – Procergs, que contém os indicadores qualitativos e quantitativos necessários para a realização da avaliação institucional.

Os demais Cadernos (Nº 1 e Nº 5) apresentam orientações e o roteiro de avaliação dos alunos. A saber:

- **CADERNO DE AVALIAÇÃO Nº1:**  
**Orientações para elaboração da Avaliação Institucional**
- **CADERNO DE AVALIAÇÃO Nº2**  
**Roteiro para Avaliação Coletiva das Dimensões Institucionais da Escola**
- **CADERNO DE AVALIAÇÃO Nº3**  
**Roteiro para Avaliação Coletiva das Dimensões Institucionais da CRE**
- **CADERNO DE AVALIAÇÃO Nº4**  
**Roteiro para Avaliação Coletiva das Dimensões Institucionais da SEDUC**
- **CADERNO DE AVALIAÇÃO Nº5**  
**Roteiro para Avaliação Individual de Desempenho do Aluno**

## INDICADORES DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

**Indicadores Quantitativos** – apresentam um conjunto de informações com o objetivo de auxiliar os segmentos da comunidade escolar a conhecer melhor a escola como um todo. As informações são atualizadas e mostram dados sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em série histórica), função docente, taxas de aprovação, reprovação e abandono, por etapa de ensino.

**Indicadores Qualitativos:** consistem nas seis dimensões e seus respectivos indicadores e descritores, que serão avaliados de forma participativa pelos representantes escolhidos em cada fase do SEAP/RS, conforme orientações contidas no Caderno de Avaliação Nº 1.

**CADERNO DE AVALIAÇÃO Nº 1**  
**Orientações para elaboração da Avaliação Institucional**

Este **Caderno de Avaliação Nº 1** contém as orientações e os procedimentos para a avaliação institucional das Escolas, das Coordenadorias Regionais de Educação (CRE) e do órgão central da SEDUC, os quais serão fundamentais para nutrir o processo operacional do Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP/RS), bem como as instruções para o acesso ao sistema informatizado.

O processo de Avaliação Institucional é anual (Decreto nº 48.744/2011, art. 3º). São três as fases de avaliação do SEAP/RS:

**Fase Local: Escola**

**Fase Regional: Coordenadorias Regionais de Educação (CREs)**

**Fase Estadual: Secretaria Estadual de Educação (SEDUC).**

O processo de avaliação de cada fase desenvolve-se em três etapas distintas, com tarefas e constituição diferenciadas, mas simultâneas. Nas duas primeiras etapas devem ser escolhidos representantes que constituirão a **Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional**.

O quadro a seguir demonstra as três etapas do processo de avaliação:

ETAPA	TAREFA	PERÍODO
<b>1ª Etapa</b>	Elaboração do Diagnóstico Preliminar	<b>Entre 15 e 31 de outubro</b>
<b>2ª Etapa</b>	Reuniões de cada segmento da comunidade escolar /setor/departamento para analisar o diagnóstico preliminar. Discussão, posicionamento e escolha de representantes para compor a Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional.	<b>Entre 1º e 30 de novembro</b>
<b>3ª Etapa</b>	Consolidação da avaliação institucional pela Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional.	<b>Entre 1º e 15 de dezembro</b>



## **Orientações para a Fase Local** **Avaliação Institucional da Escola**

**1ª Etapa:** Elaboração do diagnóstico preliminar pelo Conselho Escolar. Este diagnóstico se dará a partir da análise das seis dimensões contidas no **Caderno de Avaliação Nº 2** e dos indicadores quantitativos contidos no portal operacional do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>) e será a base para as discussões nas reuniões dos diferentes segmentos da comunidade escolar.

A seguir é apresentado um roteiro para a elaboração e discussão do diagnóstico preliminar.

<b>ROTEIRO PARA O DIAGNÓSTICO PRELIMINAR</b>	
<b>DIMENSÕES</b>	<b>INDICADORES TEMATIZADOS</b>
<b>Dimensão 1</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento e monitoramento de metas/ações;</li> <li>• Socialização das informações para todos os segmentos do Conselho Escolar;</li> <li>• Atuação efetiva do Conselho Escolar e participação nas redes de serviço de apoio existentes na comunidade;</li> <li>• Mediação de conflitos que ocorrem no cotidiano da escola.</li> </ul>
<b>Dimensão 2</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Condições adequadas nas instalações gerais e dos espaços de convivência (salas de aula, salas dos setores, espaço cultural, sanitários, quadra de esporte, biblioteca, laboratórios, cozinha, refeitório, dentre outros) com espaço físico que atenda às necessidades de acesso;</li> <li>• Manutenção predial;</li> <li>• Condições adequadas do espaço para prática de esporte e lazer;</li> <li>• Acessibilidade.</li> </ul>
<b>Dimensão 3</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Suficiência, estabilidade e assiduidade dos professores e funcionários;</li> <li>• Utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs);</li> <li>• Clima favorável no coletivo de trabalho;</li> <li>• Práticas de separação de lixo na escola e em sala de aula.</li> </ul>
<b>Dimensão 4</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Discussão e encaminhamentos na comunidade escolar para reduzir a reprovação e melhorar a taxa de permanência dos alunos;</li> <li>• Atendimento especializado a alunos com deficiência;</li> <li>• Condições adequadas da alimentação e de transporte escolar.</li> </ul>
<b>Dimensão 5</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formação inicial e continuada dos professores;</li> <li>• Participação dos profissionais nas ações de formação promovidas pela SEDUC e Coordenadoria Regional de Educação (CRE).</li> </ul>
<b>Dimensão 6</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto Político Pedagógico (PPP) construído e conhecido por toda a comunidade escolar;</li> <li>• Plano de Trabalho e de Aula articulados ao Plano de Estudos e ao Projeto Político Pedagógico;</li> <li>• Clima favorável à aprendizagem em sala de aula;</li> <li>• Material didático-pedagógico para o trabalho em sala de aula;</li> <li>• Apoio a alunos com defasagem de aprendizagem e proposta de correção de fluxo;</li> <li>• Práticas pedagógicas interdisciplinares, inovadoras e criativas voltadas à investigação e à pesquisa, à inclusão das diversidades, de estímulo à leitura e à escrita e atividades culturais e desportiva;</li> <li>• Estímulo à participação dos alunos nos fóruns da escola;</li> <li>• Plano de trabalho específico e estratégias diferenciadas para os estudos de recuperação;</li> <li>• Estímulo à prática da autoavaliação e participação dos alunos na avaliação da aprendizagem.</li> </ul>

**2ª Etapa:** Reuniões de cada segmento da comunidade escolar, para conhecimento, discussão e posicionamento em relação ao diagnóstico preliminar elaborado pelo Conselho Escolar e apresentado por um ou mais de seus membros. As reuniões podem ocorrer no horário normal da escola, sendo que aquelas que envolverem o segmento alunos são consideradas letivas. Nessas reuniões deverão ser escolhidos um coordenador e um relator, que sistematizarão as propostas oriundas dos debates. Ao coordenador compete organizar a dinâmica dos trabalhos, de forma a possibilitar tempo para que as seis dimensões possam ser discutidas, e, no final da reunião, organizar o processo de escolha dos representantes daquele segmento para compor a **Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da Escola**, responsável pelo trabalho da terceira etapa do processo de avaliação institucional. Ao relator compete assessorar o coordenador, registrar o debate e, no final da reunião, apresentar a síntese da discussão submetendo-a a aprovação da plenária.

No segmento que realizar mais de uma reunião (como o dos alunos, em que a discussão será por turma) o conjunto do material referente aos debates sobre o diagnóstico preliminar deverá ser encaminhado aos representantes daquele segmento para elaboração de uma única síntese antes do início da 3ª etapa. Esta síntese será a base do trabalho da etapa seguinte, pois será ela que orientará a análise dos indicadores e suas respectivas pontuações.

Nesta etapa a participação é direta, devendo ser convocados todos os integrantes de cada segmento da comunidade escolar.

Para fins desta avaliação, são considerados SEGMENTOS DA COMUNIDADE ESCOLAR:

- **Alunos:** todos os alunos do quinto (5º) ano do Ensino Fundamental em diante ou aqueles acima de doze (12) anos.
- **Professores e Funcionários:** todos os profissionais lotados na escola, sejam eles efetivos ou temporários.
- **Pais e Mães:** todos os responsáveis legais ou reconhecidos pela escola por estudantes matriculados no estabelecimento de ensino.

**OBS:** A participação dos membros do magistério público estadual será computada nos termos do Decreto nº 48.743/2011, Letra E2.

Quanto à participação dos alunos, devem ser observadas as seguintes orientações:

**I** - Os alunos deverão inicialmente reunir-se nas respectivas turmas, devendo ao final dos debates eleger representantes que integrarão a Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da Escola.

**II** – Nas escolas com um número muito grande de turmas, será necessário realizar uma segunda rodada de escolha de representantes de alunos, para adequar ao número de representantes proposto para constituir a Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da Escola.

A **Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da Escola** deve ter sua composição de acordo com as seguintes faixas:

- **Escolas com até 100 alunos:** no máximo de dezoito (18) membros, resguardando a proporcionalidade de 1/3 (um terço) para cada segmento.
- **Escolas com 101 a 500 alunos:** no mínimo dezoito (18) e no máximo trinta (30) membros, resguardando a proporcionalidade de 1/3 de professores e funcionários, 1/3 de alunos e 1/3 de pais de alunos da escola.
- **Escolas com 501 a 1.000 alunos:** no mínimo trinta (30) e no máximo quarenta e cinco (45) membros, resguardando a proporcionalidade de 1/3 de professores e funcionários, 1/3 de alunos e 1/3 de pais de alunos da escola.
- **Escolas com mais de 1.001 alunos:** no mínimo quarenta e cinco (45) e no máximo sessenta (60) membros, resguardando a proporcionalidade de 1/3 de professores e funcionários, 1/3 de alunos e 1/3 de pais de alunos da escola.

**3ª Etapa:** É a etapa de consolidação da avaliação institucional. Instalada a Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da Escola, integrada pelos representantes de cada segmento anteriormente escolhidos, inicialmente a direção da escola deverá acessar o SIMEC/RS on-line. Na sequência, deverá ser escolhido um coordenador dos trabalhos, que organizará o processo de debate dos indicadores, um a um. A inserção da pontuação de cada indicador e sua justificativa no portal operacional do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>) compete à direção da escola ou a um membro da Comissão designado por ela, assim como o processo de salvamento dos dados, tudo na presença da Comissão.

Após o debate e a inserção da pontuação e justificativa **de todos os cinquenta indicadores**, a direção da escola, na presença da Comissão, vai enviar a avaliação institucional. Este procedimento é realizado **clikando no botão “concluir”**, que se encontra no portal operacional do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>), no lado direito da página inicial do Caderno Nº 2.

Para o preenchimento das pontuações e justificativa de cada indicador, que são em número de cinquenta (50), poderá ser necessário agendar mais de uma reunião.

As reuniões da 3ª etapa deverão ser agendadas e informadas previamente a todos os membros da Comissão escolhidos e **deverão ocorrer em dia e horário adequado à participação dos representantes da comunidade escolar, fora do horário letivo**. Todas as reuniões deverão ter seus devidos registros, ou seja, ata contendo a lista dos participantes, discriminando os segmentos.

**OBS:** A participação dos membros do magistério público estadual será computada nos termos do Decreto nº 48.743/2011, Letra C2.

## Orientações para a Fase Regional Avaliação Institucional da CRE

**1ª Etapa:** Elaboração do diagnóstico preliminar pelos coordenadores de cada setor da CRE. O diagnóstico se dará a partir da análise das seis dimensões contidas no **Caderno de Avaliação Nº 3** e dos indicadores quantitativos contidos no portal operacional do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>).

A seguir é apresentado um roteiro para a elaboração e discussão do diagnóstico preliminar.

<b>ROTEIRO PARA O DIAGNÓSTICO PRELIMINAR</b>	
<b>DIMENSÕES</b>	<b>INDICADORES TEMATIZADOS</b>
<b>Dimensão 1</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento e monitoramento de metas/ações;</li> <li>• Socialização das informações com assessores e servidores;</li> <li>• Mediação de conflitos que ocorrem no cotidiano da escola;</li> <li>• Agilidade e prontidão na tomada das decisões, nos fluxos de processos, na execução dos programas e projetos;</li> <li>• Utilização e atualização de dados nos sistemas de informações;</li> <li>• Acolhimento adequado e ágil ao público em geral, respeitando a diversidade.</li> </ul>
<b>Dimensão 2</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Condições adequadas de trabalho;</li> <li>• Manutenção predial;</li> <li>• Acessibilidade.</li> </ul>
<b>Dimensão 3</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Suficiência, estabilidade e assiduidade dos assessores e servidores;</li> <li>• Condições adequadas dos equipamentos de trabalho;</li> <li>• Clima favorável no coletivo de trabalho;</li> <li>• Práticas de separação de lixo.</li> </ul>
<b>Dimensão 4</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diagnóstico atualizado das escolas da Rede Estadual de Ensino;</li> <li>• Assessoramento e monitoramento às políticas de acesso às vagas e de expansão das vagas no Ensino Médio;</li> <li>• Monitoramento às políticas de manutenção e qualificação da infraestrutura e modernização tecnológica das escolas;</li> <li>• Assessoramento e monitoramento à política de gestão de pessoas;</li> <li>• Política de formação continuada para os professores e servidores da CRE;</li> <li>• Assessoramento e monitoramento às políticas que visam aumentar as taxas de permanência e de aprovação e o nível de proficiência dos alunos;</li> <li>• Assessoramento e monitoramento às ações de apoio aos alunos com defasagem de aprendizagem e distorção idade/série;</li> <li>• Assessoramento e monitoramento aos Programas de Alimentação Escolar, de Transporte Escolar, Ensino Médio Inovador, Mais Educação, PDE-Interativo, Ensino Médio Politécnico, Escola de Tempo Integral, dentre outros;</li> <li>• Assessoramento e monitoramento à política de inclusão e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE);</li> <li>• Assessoramento e monitoramento à política para mediação de conflitos; autonomia financeira;</li> <li>• Assessoramento e monitoramento da atualização de informações e da alimentação de dados realizadas pelas escolas.</li> </ul>
<b>Dimensão 5</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formação inicial e continuada dos professores;</li> <li>• Participação dos profissionais em encontros de formação continuada com utilização dos aportes teóricos e metodológicos na prática profissional.</li> </ul>
<b>Dimensão 6</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Suficiência de equipamentos e materiais para desenvolver o trabalho de assessoria;</li> <li>• Assessoramento e monitoramento às questões político-pedagógicas,</li> </ul>

administrativas e financeiras às escolas;

- Prática de interpretação e de uso dos indicadores oficiais de avaliação e resultados específicos das escolas.

**2ª Etapa:** Reunião (ões) do coletivo de cada Setor da CRE, para conhecimento, discussão e posicionamento em relação ao diagnóstico preliminar elaborado pelos coordenadores de cada Setor. Nas reuniões deverão ser escolhidos um coordenador e um relator, que sistematizarão as propostas oriundas dos debates. Ao coordenador compete organizar a dinâmica dos trabalhos, de forma a possibilitar tempo para que as seis dimensões possam ser discutidas, e, no final da reunião, organizar o processo de escolha dos representantes daquele Setor para compor a **Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da CRE**, responsável pelo trabalho da terceira etapa do processo de avaliação institucional. Ao relator compete assessorar o coordenador, registrar o debate e, no final da reunião, apresentar a síntese da discussão submetendo-a a aprovação dos servidores.

A **Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da CRE** deverá ter no **máximo dezoito (18) membros** e expressar a pluralidade dos Setores da Coordenadoria Regional de Educação de forma equitativa.

**OBS:** A participação dos membros do magistério público estadual será computada nos termos do Decreto nº 48.743/2011, Letra E2.

**3ª Etapa:** É a etapa de consolidação da avaliação institucional. Instalada a Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da CRE, integrada pelos representantes de cada Setor anteriormente escolhidos, inicialmente o Coordenador (a) Geral da CRE deverá acessar o SIMEC/RS on-line. Na sequência, deverá ser escolhido um coordenador dos trabalhos, que organizará o processo de debate dos indicadores, um a um. A inserção da pontuação de cada indicador e sua justificativa no portal operacional do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>) compete ao Coordenador (a) Geral ou a um

membro da Comissão designado por ele (a), assim como o processo de salvamento dos dados, tudo na presença da Comissão.

Após o debate e a inserção da pontuação e justificativa **de todos os cinquenta indicadores**, o Coordenador (a) Geral, na presença da Comissão, vai enviar a avaliação institucional. Este procedimento é realizado **clcando no botão "concluir"**, que se encontra no portal operacional do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>), no lado direito da página inicial do Caderno Nº 3.

Para o preenchimento das pontuações e justificativa de cada indicador, que são em número de cinquenta (50), poderá ser necessário agendar mais de uma reunião.

As reuniões da 3ª etapa deverão ser agendadas e informadas previamente a todos os membros da Comissão escolhidos e **deverão ocorrer em dia e horário adequado à participação dos representantes escolhidos, fora do horário de expediente**. Todas as reuniões deverão ter seus devidos registros, ou seja, ata contendo a lista dos participantes, discriminando os segmentos.

**OBS:** A participação dos membros do magistério público estadual será computada nos termos do Decreto nº 48.743/2011, Letra C2.

## **Orientações para a Fase Estadual Avaliação Institucional da SEDUC**

**1ª Etapa:** Elaboração do diagnóstico preliminar pelos diretores de cada departamento da SEDUC, mais três representantes do Gabinete do Secretário, sendo um da Assessoria Técnica (AT), um da Assessoria Jurídica (AJU) e um da Assessoria de Comunicação Social (ACS). O diagnóstico se dará a partir da análise das seis dimensões contidas no **Caderno de Avaliação Nº 4** e dos indicadores quantitativos contidos no portal operacional do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>)

A seguir é apresentado um roteiro para a elaboração e discussão do diagnóstico preliminar.

<b>ROTEIRO PARA O DIAGNÓSTICO PRELIMINAR</b>	
<b>DIMENSÕES</b>	<b>INDICADORES TEMATIZADOS</b>
<b>Dimensão 1</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento e monitoramento de metas/ações;</li> <li>• Socialização das informações com assessores e servidores;</li> <li>• Mediação de conflitos que ocorrem no cotidiano da escola;</li> <li>• Agilidade e prontidão na tomada das decisões, nos fluxos de processos, na execução dos programas e projetos;</li> <li>• Utilização e atualização de dados nos sistemas de informações;</li> <li>• Acolhimento adequado e ágil ao público em geral, respeitando a diversidade.</li> </ul>
<b>Dimensão 2</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Condições adequadas de trabalho;</li> <li>• Manutenção predial;</li> <li>• Acessibilidade.</li> </ul>
<b>Dimensão 3</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Suficiência, estabilidade e assiduidade dos assessores e servidores;</li> <li>• Condições adequadas dos equipamentos de trabalho;</li> <li>• Clima favorável no coletivo de trabalho;</li> <li>• Práticas de separação de lixo.</li> </ul>
<b>Dimensão 4</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diagnóstico atualizado das escolas da Rede Estadual de Ensino;</li> <li>• Assessoramento e monitoramento às políticas de acesso às vagas e de expansão das vagas no ensino médio;</li> <li>• Monitoramento às políticas de manutenção e qualificação da infraestrutura e modernização tecnológica das escolas;</li> <li>• Política de gestão de pessoas;</li> <li>• Política de formação continuada para os professores e servidores da SEDUC;</li> <li>• Políticas que visam aumentar as taxas de permanência e de aprovação e o nível de proficiência dos alunos;</li> <li>• Políticas voltadas aos alunos com defasagem de aprendizagem e distorção idade/série;</li> <li>• Monitoramento aos Programas de Alimentação Escolar, de Transporte Escolar, Ensino Médio Inovador, Mais Educação, PDE-Interativo, Ensino Médio Politécnico, Escola de Tempo Integral, dentre outros;</li> <li>• Monitoramento à política de inclusão e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE);</li> <li>• Política para mediação de conflitos; autonomia financeira.</li> </ul>
<b>Dimensão 5</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formação inicial e continuada dos professores;</li> <li>• Participação dos profissionais em encontros de formação continuada com utilização dos aportes teóricos e metodológicos na prática profissional.</li> </ul>
<b>Dimensão 6</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Suficiência de equipamentos e materiais para desenvolver o trabalho de assessoria;</li> <li>• Assessoramento às questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras às escolas;</li> <li>• Prática de interpretação e de uso dos indicadores oficiais de avaliação e resultados específicos das escolas.</li> </ul>

**2ª Etapa:** Reunião (ões) do coletivo de cada departamento da SEDUC e dos integrantes da Assessoria do Gabinete (AT, AJU, ACS), para conhecimento, discussão e posicionamento em relação ao diagnóstico preliminar elaborado pelos diretores de cada Departamento. Nas reuniões deverão ser escolhidos um coordenador e um relator, que sistematizarão as propostas oriundas dos debates. Ao coordenador compete organizar a dinâmica dos trabalhos, de forma a possibilitar tempo para que as seis dimensões possam ser discutidas e, no final da reunião, organizar o processo de escolha dos representantes do respectivo Departamento para compor a **Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da SEDUC**, responsável pelo trabalho da terceira etapa do processo de avaliação institucional. Ao relator compete assessorar o coordenador, registrar o debate e, no final da reunião, apresentar a síntese da discussão submetendo-a a aprovação dos servidores.

A **Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da SEDUC** será composta por três representantes de cada Departamento e do Gabinete, perfazendo vinte e um (21) membros, que serão os responsáveis pela execução da terceira etapa.

**OBS:** A participação dos membros do magistério público estadual será computada nos termos do Decreto nº 48.743/2011, Letra E2.

**3ª Etapa:** É a etapa de consolidação da avaliação institucional. Instalada a Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da SEDUC, integrada pelos representantes de cada Departamento e Gabinete anteriormente escolhidos, inicialmente o Secretário deverá acessar o SIMEC/RS on-line. Na sequência, deverá ser escolhido um coordenador dos trabalhos, que organizará o processo de debate dos indicadores, um a um. A inserção da pontuação de cada indicador e sua justificativa no portal operacional do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>) Secretário ou a um membro da Comissão por ele designado, assim como o processo de salvamento dos dados, tudo na presença da Comissão.

Após o debate e a inserção da pontuação e justificativa **de todos os cinquenta indicadores**, o Secretário, na presença da Comissão, vai enviar a avaliação institucional. Este procedimento é realizado **clikando no botão "concluir"**, que se encontra no portal operacional do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>), no lado direito da página inicial do Caderno Nº 4.

Para o preenchimento das pontuações e justificativa de cada indicador, que são em número de cinquenta (50), poderá ser necessário agendar mais de uma reunião.

As reuniões da 3ª etapa deverão ser agendadas e informadas previamente a todos os membros da Comissão escolhidos e **deverão ocorrer em dia e horário adequado à participação dos representantes escolhidos, fora do horário de expediente**. Todas as reuniões deverão ter seus devidos registros, ou seja, ata contendo a lista dos participantes, discriminando os segmentos.

**OBS:** A participação dos membros do magistério público estadual será computada nos termos do Decreto nº 48.743/2011, Letra C2.

## REFERÊNCIAS

**Conselho Nacional de Educação. RESOLUÇÃO Nº 4, de 13 de julho de 2010.**

Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

# ANEXOS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

**DECRETO Nº 48.744, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011**

(publicado no DOE nº 250 de 29 de dezembro de 2011)

Institui o Sistema Estadual de Avaliação Participativa do Estado do Rio Grande do Sul – SEAP/RS, e dá outras providências.

O **GOVERNADOR DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 82, incisos V e VII da Constituição do Estado, e

considerando a necessidade de efetuar o levantamento de métodos pedagógicos e de gestão onde se observem resultados satisfatórios e que possam ser utilizados como parâmetro permitindo a adoção de práticas mais adequadas e compatíveis com a realidade da educação no Estado do Rio Grande do Sul;

considerando a necessidade de obter informações mais detalhadas sobre cada uma das instâncias que compõe a Rede Estadual de Ensino e seus participantes, estabelecendo mecanismos que compartilhem essas informações de forma a aprofundar a reflexão coletiva sobre o tema;

considerando a necessidade de discutir os problemas enfrentados pela Rede Estadual de Ensino com a comunidade escolar, permitindo que sejam apresentadas sugestões de melhoria na qualidade da educação e aperfeiçoamento das políticas públicas;

considerando a necessidade de implementar programas e projetos de apoio ao ensino e à aprendizagem, com o objetivo de aumentar as taxas de aprovação e o índice de frequência no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, possibilitando o aumento dos índices de desempenho da Educação Básica nas avaliações nacionais, bem como o aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB projetado;

considerando a necessidade de qualificar as instituições de educação públicas do Estado do Rio Grande do Sul por meio da valorização profissional, com a consolidação de um sistema que permita o acompanhamento contínuo dos professores e especialistas de educação, visando o seu desempenho e aprimoramento;

considerando a necessidade de implementar um Sistema Estadual de Avaliação único, envolvendo processos institucionais, indicadores e descrições previamente estabelecidos; e

considerando a necessidade de consolidar parcerias com as Instituições de Ensino Superior que permitam avaliar as escolas, sua gestão, sua prática pedagógica, suas condições físicas e materiais, possibilitando a identificação das dificuldades e possibilidade de promover mudanças de prática e direcionamento da política educacional.

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica instituído o Sistema Estadual de Avaliação Participativa do Estado do Rio Grande do Sul – SEAP/RS, no âmbito da Rede Estadual de Ensino, sob a coordenação da

Secretaria da Educação – SEDUC, que adotará as medidas necessárias à sua efetiva implementação.

**Parágrafo único.** Compreende-se por Rede Estadual de Ensino o conjunto de Escolas da Rede Pública Estadual, as Coordenadorias Regionais de Educação – CREs, e a Secretaria da Educação.

**Art. 2º** O SEAP/RS é uma política pública de Estado, de caráter sistêmico e com foco nas instituições e nas pessoas que atuam nas escolas, fornecendo análises abrangentes das dimensões, estruturas, objetivos, relações, atividades, compromissos, responsabilidades sociais das diferentes instâncias e equipamentos públicos da educação estadual.

**Art. 3º** O SEAP/RS será aplicado anualmente nos níveis e modalidades existentes em todas as escolas públicas estaduais urbanas e rurais, podendo ser estendido às escolas municipais e particulares mediante assinatura de termo de adesão por suas respectivas mantenedoras.

**Art. 4º** O SEAP/RS tem por finalidade elaborar diagnósticos qualitativos que permitam compreender, com mais profundidade do que as avaliações nacionais, a realidade educacional do Estado do Rio Grande do Sul, de forma a incidir na formulação e/ou implementação das políticas educacionais locais.

**Art. 5º** A composição do SEAP/RS envolverá processos institucionais e individuais de desempenho dos órgãos e unidades escolares que compõem a Rede Estadual de Ensino e dos alunos.

**§ 1º** A avaliação institucional será desenvolvida pelos professores e funcionários que atuam nos órgãos da educação, com a efetiva participação da comunidade escolar quando ocorrer nos estabelecimentos de ensino, com a função de analisar, verificar e aferir *in loco* a situação das Escolas, das CREs e da SEDUC.

**§ 2º** A avaliação individual abrangerá o desempenho dos alunos.

**Art. 6º** As dimensões, os indicadores e as descrições dos processos institucional e individual a que se refere o art. 5º deste Decreto, serão definidos por regulamentos expedidos pela SEDUC, com ampla divulgação.

**Art. 7º** São fases do SEAP/RS:

I - Fase Local: realizada em cada estabelecimento de ensino da Rede Pública Estadual;

II - Fase Regional: realizada no âmbito de cada uma das CREs, com a elaboração do diagnóstico interno de cada Coordenadoria e a organização dos resultados regionais a serem encaminhados à SEDUC; e

III - Fase Estadual: realizada no âmbito da SEDUC com a finalidade de monitorar as avaliações institucionais elaboradas em cada um dos estabelecimentos de ensino e nas CREs, além de coordenar a avaliação dentro do órgão central, que serão enviados às instituições de ensino superior para a interpretação dos dados produzidos nas diferentes fases.

**Art. 8º** Será criado o Comitê de Acompanhamento e Análise do processo de avaliação, composto por especialistas designados pelas Instituições de Ensino Superior devidamente

conveniadas com a SEDUC, com a função de acompanhar o processo, analisar e interpretar os dados produzidos nas fases local, regional e estadual de avaliação.

**Art. 9º** A avaliação do percurso individual do aluno será aferida por amostragem nas quatro áreas de conhecimento - Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, de forma articulada aos processos de avaliação nacional, desenvolvidos pelo Ministério da Educação no âmbito da Educação Básica.

**§ 1º** A articulação ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB compreende a seleção de escolas típicas onde a aplicação das avaliações nacionais será complementada por provas estaduais nas áreas do conhecimento de Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

**§ 2º** O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB será utilizado como critério para selecionar as CREs e as escolas típicas onde na amostragem serão aplicadas as provas complementares referidas no § 1º do art. 9º deste Decreto.

**Art. 10.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 45.300, de 30 de outubro de 2007.

**PALÁCIO PIRATINI**, em Porto Alegre, 28 de dezembro de 2011.

---

## Manual do Usuário

# **SEAP - Sistema Estadual de Avaliação Participativa**



Equipe-documentacao@procergs.rs.gov.br  
Data: Setembro/2012

Este documento foi produzido por

	
	Praça dos Açorianos, s/nº CEP 90010-340 Porto Alegre, RS (51) 3210-3100 <a href="http://www.procergs.com.br">http://www.procergs.com.br</a>

## Sobre este documento

O objetivo deste documento consiste em apresentar as funcionalidades e os recursos do sistema, a fim de possibilitar a realização de todas as atividades inerentes ao perfil do usuário.

Como orientação, comece lendo o tópico "sobre", que contém orientações necessárias para o melhor entendimento dos demais itens.

	Atenção	Indica que a operação requer um cuidado especial.
---	---------	---

## Sumário

<b>1</b>	<b>SOBRE O SISTEMA.....</b>	<b>1</b>
1.1	Apresentação do módulo SEAP/RS.....	1
1.2	Requisitos de Funcionamento.....	1
1.3	Acesso ao Sistema (Login) .....	1
1.3.1	Troca de senha.....	2
1.3.2	Logout .....	2
1.4	Página Inicial .....	3
1.5	Informações de Uso do Sistema .....	3
1.5.1	Botões da barra de funções.....	3
<b>2</b>	<b>FUNCIONALIDADES DO SEAP .....</b>	<b>4</b>
2.1	Módulo SEAP/RS .....	4
2.1.1	Perfil Escola .....	4
2.1.2	Perfil da CRE .....	4
2.1.3	Perfil da SEDUC.....	4
2.1.3.1	Preencher Caderno.....	5
2.1.3.1.1	Janela Caderno da Escola/CRE/SEDUC.....	7
2.1.3.1.2	Janela Caderno de Avaliação da Escola/CRE/SEDUC .....	8
2.1.3.1.3	Janela Formulário Avaliação .....	9
2.1.3.2	Consultar resumo das pontuações das avaliações.....	10
2.1.3.2.1	Janela Síntese por indicador.....	10
2.1.3.3	Consultar resumo das avaliações filtrando-as por CREs, Municípios e Escolas .....	11
2.1.3.3.1	Janela Síntese por indicadores com filtros.....	12
<b>3</b>	<b>GLOSSÁRIO .....</b>	<b>13</b>

## 1 Sobre o sistema

### 1.1 Apresentação do módulo SEAP/RS

Política pública de Estado que busca construir diagnósticos qualitativos de todas as instâncias da Rede Estadual de Ensino para aperfeiçoar a gestão educacional e o controle público e incidir na melhoria do processo de ensino-aprendizagem com vistas a alcançar uma educação de qualidade social com cidadania.

### 1.2 Requisitos de Funcionamento

Para o funcionamento do sistema é necessário:

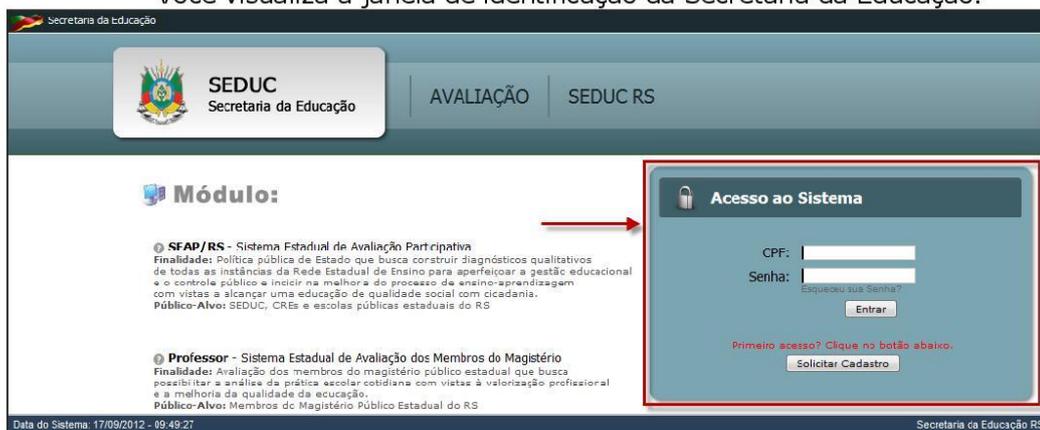
- Microcomputador padrão PC;
- CPU velocidade 1GHz ou superior (Intel, AMD ou compatível);
- Memória RAM 1GB ou mais;
- Placa de Vídeo com suporte à resolução mínima de 800x600;
- Acesso à Internet;
- Windows XP, Windows Vista ou Windows 7 - (32 ou 64 bits);
- Teclado padrão ABNT2.

### 1.3 Acesso ao Sistema (Login)

Para acessar o sistema, siga os passos abaixo:

1. No navegador de sua preferência, informe o endereço de acesso <http://eap.rs.gov.br>

Você visualiza a janela de identificação da Secretaria da Educação.



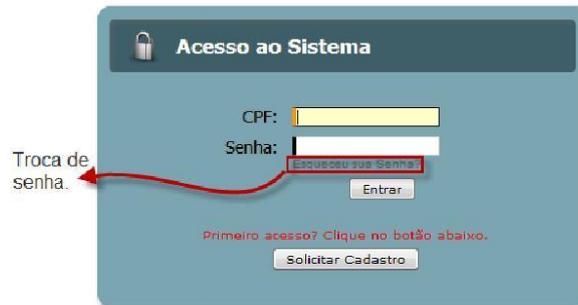
2. No quadro **Acesso ao Sistema**, campo **CPF**, informe a sua matrícula.
3. No campo **Senha**, informe a sua identidade funcional.
4. Clique no botão **Entrar**.

Você visualiza a janela inicial do sistema, **Caderno da Escola/CRE/SEDUC**.

### 1.3.1 Troca de senha

Para trocar a senha do seu usuário, siga os passos abaixo:

1. Na página de acesso ao sistema, clique no link **Esqueceu sua Senha?**



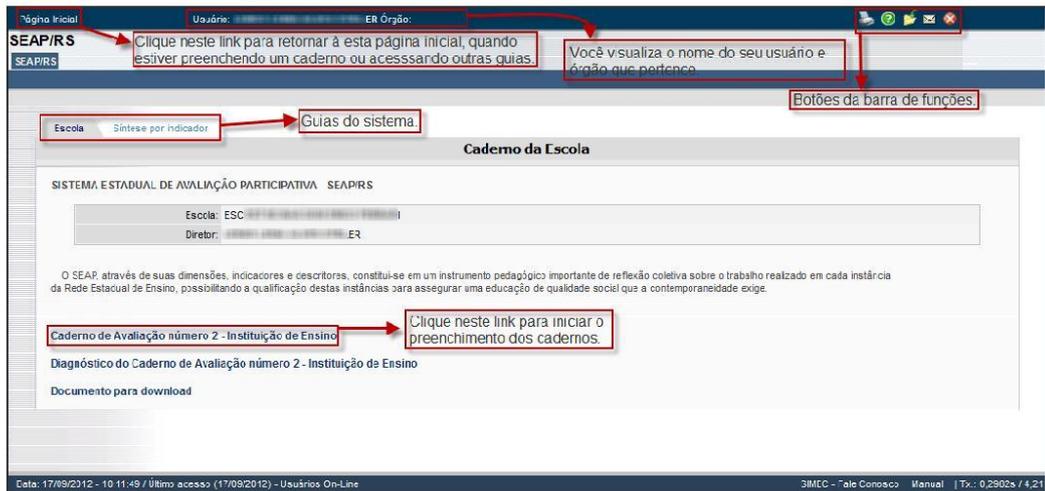
Você visualiza a janela **Alteração de Senha**.

2. Informe a senha atual no primeiro campo.
3. Informe a nova senha nos campos seguintes.
4. Clique no botão **OK**.

### 1.3.2 Logout

Para encerrar (fechar) uma sessão do sistema, clique no ícone  ou no botão  do navegador.

## 1.4 Página Inicial



## 1.5 Informações de Uso do Sistema

### 1.5.1 Botões da barra de funções

Botões	Descrição
	Clique neste botão para entrar em contato com o responsável pela aplicação.
	Clique neste botão para acessar a ajuda on-line.
	Clique neste botão para adicionar a página atual na lista de favoritos.
	Clique neste botão para imprimir a página atual.
	Clique neste botão para sair do sistema.

## 2 Funcionalidades do SEAP

### 2.1 Módulo SEAP/RS

As escolas públicas, Coordenadorias Regionais de Educação e a Secretaria Estadual da Educação avaliam os indicadores e preenchem o caderno.

#### 2.1.1 Perfil Escola

O perfil de usuário da escola possui as ações de preenchimento do **Caderno de Avaliação Nº 2** e consulta ao resumo das pontuações dos formulários de avaliação já preenchidos da escola.

Para obter mais informações de como executar essas ações, consulte os tópicos:

- Preencher Caderno (página 5);
- Consultar Resumo das pontuações das avaliações (página 10).

As guias habilitadas para este perfil são: **Escola** (página inicial) e **Síntese por indicador**.

#### 2.1.2 Perfil da CRE

O perfil de usuário da CRE possui as ações de preenchimento do **Caderno de Avaliação Nº 3** e consulta ao resumo das pontuações dos formulários de avaliação. É possível selecionar formulários de CRES, municípios e escolas específicas.

Para obter mais informações de como executar essas ações, consulte os tópicos:

- Preencher Caderno (página 5);
- Consultar resumo das avaliações, filtrando-as por CRES, Municípios e Escolas (página 11).

As guias habilitadas para este perfil são: **CRE** (página inicial), **Lista CRES**, **Lista Municípios**, **Lista Escolas** e **Síntese por indicador**.

#### 2.1.3 Perfil da SEDUC

O perfil de usuário da SEDUC possui as ações de preenchimento do **Caderno de Avaliação Nº 4** e consulta ao resumo das pontuações dos formulários de avaliação já preenchidos. É possível selecionar formulários de CRES, municípios e escolas específicas.

Para obter mais informações de como executar essas ações, consulte os tópicos:

- Preencher Caderno (página 5);
- Consultar resumo das avaliações, filtrando-as por CRES, Municípios e Escolas (página 11).

As guias habilitadas para este perfil são: **SEDUC** (página inicial), **Lista CRES**, **Lista Municípios**, **Lista Escolas** e **Síntese por indicador**.

### 2.1.3.1 Preencher Caderno

Para preencher o caderno dos formulários de avaliação, siga os passos abaixo:

1. Acesse o sistema com suas credenciais.  
Você visualiza a janela **Caderno da Escola/CRE/SEDUC**.
2. Clique no link **Caderno de avaliação de número (2/3/4)**.  
Você visualiza a janela **Caderno de Avaliação da Escola/CRE/SEDUC**.
3. Clique no botão  para expandir a árvore com o conteúdo das dimensões, áreas e indicadores.
4. Clique no item com o ícone , que identifica o formulário de avaliação que deve ser preenchido.



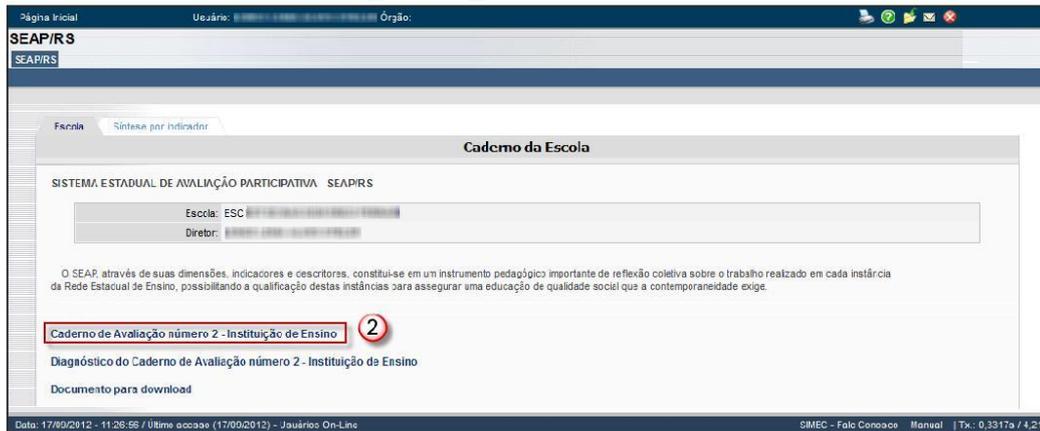
Você visualiza a janela **Formulário Avaliação**.

5. Assinale o campo  referente à pontuação que deseja para o indicador analisado.
6. Na caixa de texto **Justificativa** informe o motivo da sua escolha de pontuação.
7. Clique no botão **Salvar**.
8. Clique no botão **Próximo** para avançar ao próximo formulário de avaliação.
9. Repita os passos 5 a 8 para todos os formulários de avaliação.
10. Ao completar todos os formulários, clique no botão **Concluir**, localizado no quadro à direita da janela **Caderno de Avaliação da Escola/CRE**.



	O perfil da SEDUC não habilita as ações de concluir e consulta ao histórico, portanto, o passo 10 não é necessário.
---	---

### 2.1.3.1.1 Janela Caderno da Escola/CRE/SEDUC



	<p>Ao acessar o sistema com diferentes perfis, o título da janela varia.</p> <p style="text-align: center;"><b>Caderno da CRE</b> OU <b>Caderno da SEDUC</b></p>
---	--

### 2.1.3.1.2 Janela Caderno de Avaliação da Escola/CRE/SEDUC



Campo/ Botão	Descrição
Estado atual	Apresenta o estado atual do caderno de avaliação. Não Iniciado – Caderno que não teve nenhum formulário de avaliação preenchido. Em Avaliação – Caderno que começou a ser preenchido, mas não foi concluído ainda. Concluídos – Caderno concluído em que todos os formulários de avaliação foram preenchidos.
Histórico 	Clique neste botão para visualizar o histórico de tramitações. Você visualiza a seguinte janela. 
Abrir Todos	Clique neste botão para expandir todos os indicadores das pastas das dimensões e áreas.
Fechar Todos	Clique neste botão para fechar todos os indicadores e pastas que foram expandidos.
	Botão para expandir os itens.
	Botão para recolher os itens expandidos.

	Ao acessar o sistema com diferentes perfis, o título da janela varia.
	<b>Caderno de Avaliação da CRE</b>
	OU <b>Caderno de Avaliação da SEDUC</b>



## 2.1.3.2 Consultar resumo das pontuações das avaliações

1. Acesse o sistema com suas credenciais.  
Você visualiza a janela **Caderno da Escola**.
2. Clique na guia **Síntese por indicador**.  
Você visualiza o resumo das avaliações com o número dos indicadores, as pontuações e as justificativas, organizadas por dimensões, na janela **Síntese por indicador**.
3. Consulte as informações desejadas.

### 2.1.3.2.1 Janela Síntese por indicador

The screenshot shows the 'Síntese por indicador' window in the SEAP/RS system. The window title is 'Página Inicial' and the user is logged in as 'Usuário: I'. The main content area displays the school name 'Agudo - RS - ESC' and a table of indicators grouped by dimension. The table has four columns: 'Indicador', 'pontuação', and 'justificativa'. The indicators are organized into three dimensions: '1. Dimensão 1: Gestão Institucional', '2. Dimensão 2: Espaço Físico da Instituição', and '3. Dimensão 3: Organização e Ambiente de Trabalho'.

Indicador	pontuação	justificativa
<b>1. Dimensão 1: Gestão Institucional</b>		
1	5	Teste documentação.
2	3	Teste.
3	5	Justificativa teste 1
6	5	Justificativa 2
<b>2. Dimensão 2: Espaço Físico da Instituição</b>		
7	4	Justificativa 22.
8	4	Justificativa 33.
10	3	Teste documentação.
12	3	Teste documentação.
13	4	Teste documentação.
14	3	Teste documentação.
15	3	Teste documentação.
16	3	Teste documentação.
18	3	Teste documentação.
<b>3. Dimensão 3: Organização e Ambiente de Trabalho</b>		
20	4	Teste documentação.
21	4	Teste documentação.
22	2	Teste documentação.

### 2.1.3.3 Consultar resumo das avaliações, filtrando-as por CREs, Municípios e Escolas

1. Acesse o sistema com suas credenciais.  
Você visualiza a janela **Caderno da CRE/SEDUC**.
2. Clique na guia **Lista CREs**.  
Você visualiza a guia **Lista CREs**.
3. Na coluna **Ação**, clique no botão  referente à CRE na qual deseja consultar avaliações.  
Você visualiza a guia **Lista Municípios**.
4. Na coluna **Ação**, clique no botão  referente ao município no qual deseja consultar avaliações.  
Você visualiza a guia **Lista Escolas**.
5. Na coluna **Diagnóstico**, clique no botão  referente à escola desejada.  
Você visualiza o resumo das avaliações na guia **Síntese por indicador**.
6. Consulte as informações desejadas (janela **Síntese por indicadores com filtros**).

	<p>Não é necessário utilizar todas as guias para filtrar as avaliações.</p> <p>É possível utilizar somente as lista de CREs para visualizar o resumo das avaliações, clicando no botão  da coluna <b>Diagnóstico</b>.</p> <p>É possível filtrar diretamente pela lista de municípios. Já a lista de escolas não é visível sem selecionar um município antes.</p>
---	---

### 2.1.3.3.1 Janela Síntese por indicadores com filtros

SEAP/RS  
SFAP/RS

CRE | Lista CREs | Lista Municípios | Lista Escolas | Síntese por indicador

Ação	Diagnóstico	CRE	Código	Total
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	03 * CRE - ESTRELA		3

3

CPF | Lista CPFs | Lista Municípios | Lista Escolas | Síntese por indicador

Ação	Município	Código	UF
<input checked="" type="checkbox"/>	Ante Gorda		03 RS
<input checked="" type="checkbox"/>	Arroio do Meio		08 RS
<input checked="" type="checkbox"/>	Bom Retiro do Sul		02 RS
<input checked="" type="checkbox"/>	Condeão do Vale		14 RS

4

CRE | Lista CREs | Lista Municípios | Lista Escolas | Síntese por indicador

Diagnóstico	Escola	Código	Situação
<input checked="" type="checkbox"/>	ESC EST ENS MED I		02 não iniciado

5

Total de Registros: 1

CRE | Lista CREs | Lista Municípios | Lista Escolas | Síntese por indicador

**Síntese por indicador**

Neste item, agregam-se as planilhas dos quadros de Sistematização dos Créditos de Pontuação e Sistematização Geral por Dimensão.

Estrela - RS - 03 \* CRE - ESTRELA

1. Dimensão 1: Gestão Institucional			
Indicador	pontuação	justificativa	
1	1	Existe planejamento do coordenador geral com os setores, é articulado entre os funcionários e setores da CRE, mas somente algumas ações são conhecidas pelas escolas e órgão central da seduc.	
2	4	Existe monitoramento mas não é formal e a validação é sempre realizada para melhorar a gestão e ações.	

### 3 Glossário

**Dimensões:** São os aspectos mais gerais, que fazem a integração das esferas institucionais macro e micro, cuja ênfase consiste nas grandes características institucionais que, no seu conjunto, organizam uma identidade que será avaliada: ambiente de trabalho, prática pedagógica, prática da avaliação, gestão institucional, formação, condições de trabalho, ambiente físico da instituição e acesso, permanência e sucesso na escola.

**Indicadores (Perguntas):** Partes integrantes de uma dimensão, os indicadores representam características de sua dimensão. São os aspectos da realidade educacional a ser avaliada.

**Descritores:** São os detalhamentos dos indicadores, que apontam dos pontos fortes aos mais fracos de cada indicador, ou seja, são critérios de avaliação que auxiliam no acompanhamento do processo educacional.

**Caderno:** Instrumento de avaliação.

## ANEXO C – Sistema Estadual de Avaliação Participativo - RS



### SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVO - RS

#### INTRODUÇÃO

O desempenho da rede estadual nas séries iniciais e nas séries finais do ensino fundamental, em ambos assumindo o 9º lugar, segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), tem provocado constante notícia e questionamentos sobre o lugar da rede estadual no *ranking* das avaliações nacionais padronizadas.

Esses questionamentos permitem ao governo do Estado interrogar-se sobre as condições objetivas da existência que perpassam esses dados quantitativos tão amplamente divulgados, e que segundo a mídia *“coloca em xeque algumas suposições sobre como garantir qualidade do ensino”* (ZH, 27/2/2011, p. 36, Geral: O X da educação).

É fundamental investigar o contexto (social, institucional, cultural) onde esses indivíduos, referências nas combinações de provas padronizadas e taxas de aprovação nas escolas, estão inseridos. Portanto, interessa avaliar a bifurcação dessa trajetória constituída de dados quantitativos, mas também de informações qualitativas que a eles dão sentido; interessa igualmente compreender o que ocorre com esse sujeito antes de se tornar um percentual coletivo e após as realizações das testagens.

Pretende-se com o ***Sistema Estadual de Avaliação Institucional Participativo (SEAIP-RS)***, construir diagnóstico que permita compreender e decifrar aquilo que está além do que o IDEB tem mostrado sobre a realidade do Estado e, com isto, ultrapassar o limite da quantificação da escola pública, por meio de um olhar detalhado do que ocorre no interior da rede estadual de educação considerando suas diferentes instâncias (escola, Coordenadorias Regionais da Educação-CREs e órgão central-SEDUC), características e necessidades, os pontos de vista sobre o desempenho obtido e as condições que provocaram um determinado resultado.

***“...não basta para a escola criar mecanismos de controle que se limitem à construção de avaliações que apresentam dados referentes ao quanto os alunos aprenderam individualmente, ou que consigam expressar como a instituição está conseguindo efetivar sua função (por mais válido e relevante que seja)”***. (FLORISE, 2008, p. 4).



Todavia, muitas vezes, quando o Estado constitui mecanismos, especialmente via testes padronizados, o seu esforço para produzir igualdade na educação acaba degradando a aprendizagem para todos, por si só, não conseguindo interferir na realidade educacional das escolas, a não ser por uma das tantas faces que a avaliação educacional apresenta, desconsiderando dessa forma a possibilidade de ações concretas e objetivas para melhoria da aprendizagem do aluno e da ensinagem do educador. Por essa razão utilizar-se-á nesta proposta a abordagem qualitativa, relacionando e interpretando os dados obtidos na *Avaliação Institucional Participativa*.

Entende-se que é a avaliação institucional Participativa e não a avaliação individual que fornecerá as informações necessárias na mudança de rumo da educação pública estadual, posto que as avaliações individuais já sejam aplicadas por meio das provas de cunho nacional que são a base para as estatísticas oficiais. Não há por que nem se justifica o Estado investir retrabalho naquilo que já é feito nacionalmente.

O Sistema de Avaliação Institucional Participativo possibilitará ao mesmo tempo uma leitura sociológica da localidade e uma análise microsociológica da escola-CRE-SEDUC, já que essas instâncias educacionais se constituem, precisamente, nos lugares que são geradas as políticas educacionais, organizam-se a vida concreta dos indivíduos e onde se manifestam os contrastes da sociedade. A análise se faz com os indivíduos envolvidos no processo, já que os sujeitos do contexto são os melhores conhecedores da realidade. Em suas experiências cotidianas eles explicitam conceitos que permitem teorizar sobre aquela realidade e suas produções.

Nessa direção: ***“...a avaliação democrática implica a utilização de indicadores, meios de coleta de informação, mensuração e atribuição de valor que sejam compreensíveis e reconhecidos como relevantes pelo conjunto de pessoas que se quer envolver, métodos e instrumentos que apoiem o diálogo e a participação.”*** (RIBEIRO, 2005, p. 233).

Assim, o **SEAIP-RS** permite um percurso de análise que visa “desnudar” o que está por de trás dos dados camuflados por percentuais que banalizam a complexidade do trabalho educativo de quem “*professa*”, cotidianamente, na escola. Contudo, cabe explicitar alguns objetivos específicos que se colocam nesta proposta:



- a) Estabelecer um conjunto de indicadores fundamentais aplicáveis por meio de uma metodologia participativa, que favoreça a produção de esforços coletivos na efetivação de uma escola de qualidade social e ajude na tomada de decisão necessária na área da política educacional do Estado.
- b) Propiciar as escolas estaduais, CREs e SEDUC uma base técnica de perspectiva participativa na realização de avaliação institucional com vistas às reorganizações periódicas a fim superar as limitações constatadas.

O Sistema de Avaliação Institucional Participativo aqui proposto aparece então como uma aproximação diagnóstica partilhada, parte do desenvolvimento educacional resultante de um processo de planejamento, ação, acompanhamento, monitoramento e qualificação da realidade avaliada, o que faz do sistema de avaliação uma estratégia inteligente de produção de conhecimento sobre a educação pública do Estado. Evidentemente, essa produção reconhece que todos têm o direito de aprender, não para aprender fixado no passado, mas em um mundo aberto e dinâmico, de possibilidades, de caminhos não tão lineares e reforçando que o futuro está em construção.

Propor a organização de um Sistema de Avaliação Institucional Participativo é pensar um "sistema de problematização" do sentido da Instituição (seu trabalho, suas referenciais, suas relações, sua gestão), de relativizar suas certezas e promover possibilidades. É programar um movimento contínuo e concentrado dos sujeitos no que tange as análises e apreciações em torno da realização dos objetivos educacionais das diferentes instâncias da rede estadual, para reorganizar as decisões, as práticas e prestar contas à sociedade.



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

## **I – DIMENSÕES, INDICADORES E DESCRITORES A SEREM CONSIDERADOS NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA:**

As Dimensões, os Indicadores e os Descritores da qualidade na educação foram criados para ajudar a comunidade escolar na avaliação e na melhoria da qualidade da educação, considerando o posicionamento do Conselho Estadual de Educação (CEE) contido no Parecer 323/99 abaixo transcrito:

***"A qualidade- compreendida como resultante do nexo entre recursos materiais, organização administrativa, qualificação dos docentes, planos de estudos e processos didático-pedagógicos empregados - refoge de tentativas de estabelecimento de padrões absolutos e precisa ser referida à situação concreta de cada escola, enquanto única, culturalmente situada e condicionada. Quaisquer indicadores de qualidade que venham a ser utilizados - como índices de evasão e repetência, resultados de avaliações internas ou externas - ganham significados efetivo, quando referidos, não a indicadores absolutos, mas a indicadores produzidos pela própria unidade escolar, ao longo do tempo, buscando sua interpretação sob uma ótica nitidamente diacrônica".*** (CEE, 1999, pp.16-17)

As dimensões, indicadores e os descritores aqui apresentados baseiam-se, também, nas orientações de várias organizações governamentais e não governamentais: Ação educativa, Unicef, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Inep, Campanha Nacional pelo Direito à educação, Centro de estudos e pesquisa em educação, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Conselho Nacional dos secretários de educação, Fundação Abrinq, Fundescola-MEC, Seif-MEC, Seesp-MEC, Caise-MEC, PAR-MEC, IBGE, Instituto Pólis, Ipea, Undime e Uncme. É, portanto, resultado de extensa parceria entre organizações comprometidas com a melhoria contínua da qualidade da escola.

Para facilitar a visualização do que propomos é necessário conceituar o que entendemos por Dimensão, Indicadores e Descritores:

**As Dimensões** são os aspectos mais gerais que fazem a integração das esferas institucional macro e micro, cuja ênfase são as grandes características ou traços institucionais e que no seu conjunto organizam uma identidade que serão avaliados, tais como ambiente de trabalho, prática pedagógica, prática da avaliação, gestão institucional, formação, condições de trabalho, ambiente físico da instituição, e acesso permanência e sucesso na escola.



Cada Dimensão é composta por **Indicadores** que revelam algum aspecto peculiar daquela dimensão, portanto os indicadores são a expressão das situações de realidade a ser observada, avaliada e analisada.

Os **Descritores** são os desdobramentos e os detalhamentos dos indicadores que apontam a qualidade e gradação (dos pontos fortes aos mais fracos) das condições da existência de cada indicador (aponta como aquele indicador estaria bem ou mal), assim os descritores manifestam-se como critérios de avaliação que auxiliam no acompanhamento do processo educacional.

### **1. Visão Geral sobre as Dimensões, Indicadores e Descritores orientadores da avaliação institucional participativa.**

As Dimensões, os Indicadores e os Descritores são definidos como elementos importantes de determinada realidade e que ajudam na sua visão diagnóstica. O conjunto dos aspectos a serem observados é:

#### **Na dimensão 1: Ambiente de trabalho**

- 1) Relações e solidariedade
- 2) Prazer pelo ambiente de trabalho
- 3) Respeito ao outro
- 4) Combate a discriminação
- 5) Princípios de convivência
- 6) Respeito aos direitos das crianças e adolescentes

#### **Na dimensão 2: Prática Pedagógica**

- 7) PPP conhecida e definida por todos
- 8) Planejamento e material didático
- 9) Processo de ensino contextualizado
- 10) Variedades das estratégias e recursos de ensino
- 11) Incentivo a autonomia
- 12) Incentivo ao trabalho coletivo
- 13) Práticas de inclusão

#### **Na dimensão 3: Prática de Avaliação**

- 14) Monitoramento do processo de aprendizagem
- 15) Mecanismos de apoio no percurso escolar dos alunos
- 16) Participação dos alunos na avaliação de sua aprendizagem
- 17) Avaliação do trabalho dos profissionais da instituição



18) Interpretação e Uso dos indicadores oficiais de avaliação e dos resultados específicos da Instituição.

**Na dimensão 4: Gestão Institucional**

- 19) Socialização da informação
- 20) Atuação do conselho escolar
- 21) Participação dos alunos, pais, funcionários e professores
- 22) Parcerias locais e Estabelecimento de Redes
- 23) Tratamento aos conflitos que ocorrem no cotidiano da Instituição.
- 24) Participação da Instituição em programas e/ou projetos de qualificação da educação

**Na dimensão 5: Formação**

- 25) Formação Inicial
- 26) Formação Continuada

**Na dimensão 6: Condições de trabalho**

- 27) Suficiência da equipe de trabalho
- 28) Assiduidade e Estabilidade dos profissionais
- 29) Acesso e uso de Tecnologias da Informação
- 30) Alimentação
- 31) Calendário escolar
- 32) Ruídos e sons

**Na dimensão 7: Ambiente físico da Instituição**

- 33) Instalações físicas gerais
- 34) Equipamentos
- 35) Pátio escolar
- 36) Espaço para prática de esporte
- 37) Sala de aula
- 38) Pintura
- 39) Laboratórios e Bibliotecas
- 40) Plantas, árvores, flores
- 41) Tratamento do lixo
- 42) Acessibilidade
- 43) Prédio e salas



**Na dimensão 8: Acesso, permanência e sucesso na escola**

- 44) Frequência dos alunos (números de faltas)
- 45) Abandono e evasão
- 46) Apoio aos alunos com defasagem e dificuldade de aprendizagem
- 47) Atenção às famílias dos alunos

**Na dimensão 9: SEDUC e CRE**

- 48) Programas e Projetos
- 49) Comunicação e atendimento às necessidades das escolas e comunidades.
- 50) Plano e Política Educacional

**2. Dimensões, Indicadores e Descritores: Descrições e detalhamentos na realização da avaliação institucional participativa.**

Os Indicadores serão pontuados e justificados segundo os Descritores apresentados cuja descrição retratará cinco (5) gradações diferentes, conforme a seguinte explicitação:

**Valor 5** – Indicador que aponta, por meio do Descritor, a **situação ideal** de sua existência objetiva, mostrando o Indicador em estado de excelência, e que, portanto, já se encontra na condição desejada.

**Valor 4** – Indicador que aponta, por meio do Descritor, a **situação muito boa** da sua existência objetiva, mostrando que aquele indicador necessita pequena mudança, mas que caso não ocorra essa mudança isso não interfere em seu “estado da arte”.

**Valor 3** – Indicador que aponta, por meio do Descritor, a **situação boa** de sua existência objetiva, mostrando que aquele indicador apresenta um potencial de mudanças para que se aproxime da condição desejada.

**Valor 2** – Indicador que aponta, por meio do Descritor, a **situação precária** de sua existência objetiva, com os aspectos negativos sendo predominantes e que necessitam medidas imediatas para superação desta condição.

**Valor 1** – Indicador que aponta, por meio do Descritor, a **situação crítica** de sua existência objetiva existindo apenas aspectos negativos, por essa razão necessitariam intervenções e mudanças estruturais para superação desta condição.



**NSA – Não se aplica** – Indicador em que não existe possibilidade de avaliar por falta de informação ou por que ele não se aplica a escola.

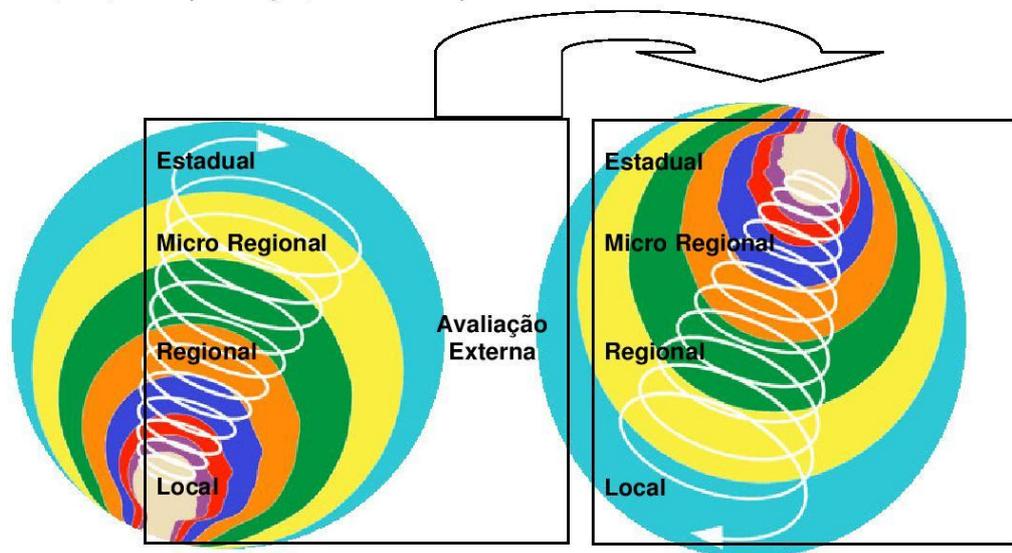
Abaixo, apresenta-se uma exemplificação:

Dimensão 4: Gestão Escolar							
Indicador	Descritor	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
21 Participação dos alunos, pais, funcionários e professores.	5. Existe participação atuante e efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, com uma grande mobilização e adesão.						
	4. Existe participação sistemática, porém fica restrita as pessoas que representam os segmentos da comunidade escolar, embora atuantes.  3. Existe participação, porém fica restrita as pessoas que representam os segmentos da comunidade escolar mobilizados por convites e/ou convocações e são pouco atuantes.  2. Não existe participação de todos os segmentos da comunidade escolar, sendo em geral restrita apenas ao segmento que mantém vínculo empregatício com o Estado.  1. Não existe participação dos segmentos da comunidade escolar.	<b>JUSTIFICATIVA:</b>					

## II - ASPECTOS METODOLÓGICOS: APROXIMAÇÕES DOS SUJEITOS, REALIZAÇÕES COLETIVAS E MUDANÇAS INSTITUCIONAIS.

### 1. Fases do Sistema Estadual de Avaliação Institucional Participativo

Propõe-se organizar os espaços de discussão, os espaços de falas, as práticas necessárias para operacionalizar o SEAIP-RS, metaforicamente, na modalidade "espiral", em dupla direção, conforme esquema abaixo:



Esse movimento supõe o reconhecimento da diversidade de pontos de vista, que pode advir criador; defesa da **transversalidade** entre sujeitos (indivíduos, grupos, coletivos, comunidades); instalação das condições de diálogo dentro da rede em todos os níveis; questionamento dos resultados a partir de diferentes perspectivas e lógicas, perquirindo a cada fase novos graus de complexidade na análise das informações.

Como visualiza-se pelo esquema anterior o SEAIP-RS preconiza um caminho de mão dupla, que começa com a avaliação local e a ele retorna, após um movimento de reflexão e aprofundamento, com os resultados e informações.



Abaixo, indicam-se as fases do SEAIP-RS:

**a) Fase Local:**

Cada escola criará o seu “*Grupo Avaliação Institucional Participativa*” (GAIP), composto de um representante de cada segmento da comunidade escolar, que coordenará e mobilizará o processo de avaliação institucional na unidade escolar. Caso a escola tenha Conselho Escolar o GAIP será composto por membros do conselho.

Esse grupo organizará encontros para que a avaliação institucional seja formalmente realizada e enviará a produção da escola para a CRE.

**b) Fase Regional/Microregional:**

A CRE, também, indicará o seu “*Grupo de Acompanhamento de Avaliação Institucional Participativa*” (GAAIP), com o objetivo de acompanhar as avaliações institucionais realizadas em cada unidade escolar, realizar a avaliação institucional da CRE e de organizar os resultados regionais e encaminhará para SEDUC.

**c) Fase Estadual:**

A SEDUC comporá o seu “*Grupo de Monitoramento da Avaliação Institucional Participativa*” (GMAIP), com o objetivo de monitorar as avaliações institucionais realizadas em cada unidade escolar, nas CREs, de coordenar a avaliação dentro do órgão central e de enviar à Universidade para realização da interpretação externa dos dados produzidos nas diferentes fases.

**d) Fase da Avaliação externa**

Universidade parceira realiza a interpretação externa dos dados produzidos nas diferentes fases.

Todas essas fases realizar-se-ão em um clima de respeito, confiança, fidelidade a realidade e Ética profissional.



## 2. Material de mediação da Avaliação Institucional Participativa

O principal material é um “*Um Itinerário para todos*” é um caderno-roteiro das dimensões e indicadores a serem avaliados. Esse roteiro permite avaliar nove (9) Dimensões compostas de cinquenta (50) indicadores, e deverá ser respondido pelos diferentes segmentos da comunidade escolar, os profissionais que atuam nas CREs e na SEDUC. Para isso é necessário mobilizar os sujeitos que fazem parte das instituições, adequando o material tanto às crianças menores quanto aos deficientes que necessitam de apoio e instrumentos adequados para sua efetiva participação.

Visa, igualmente, fornecer as instituições informações necessárias para planejar e realizar a avaliação institucional participativa, indicando os principais procedimentos e produções à realizar.

### REFERENCIA BIBLIOGRAFICA

**CASASSUS, Juan.** *A escola e a Desigualdade*. Brasília: Editora Plano:Inep, 2002.

**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.** *Parecer CEED nº 323/99*, de 07 de abril de 1999 – Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para o Sistema Estadual de Ensino.

**DARLING-HAMMOND, L. & ASCHER, C.** *Construindo Sistemas de Controle em Escolas Urbanas*. Estudos em Avaliação Educacional. v. 17, n. 35, set/dez de 2006.

**DOURADO, Luiz Fernandes.** *A qualidade da Educação: Conceitos e Definições*. Brasília, MEC:INEP, s/d.

**FLORISE M.** *avaliação institucional: é possível avaliar a escola democraticamente?* 2008....

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.** *Planos de Metas Compromisso Todos pela Educação: Instrumento de Campo*. Brasília, DF, 2007.

**RIBEIRO, Vera Masagão et alli.** *Indicadores de qualidade para a mobilização da escola*. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, jan./abr. 2005.



**GOVERNO DO ESTADO**  
**RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

**UNICEF** ET alli. *Indicadores da Qualidade na Educação*. São Paulo, Ação Educativa, 2004.

\_\_\_\_\_. *Caminhos do Direito de Aprender: Boas Práticas de 26 Municípios Que Melhoraram a Qualidade da Educação*. Brasília, DF: UNICEF, 2010.

**ZERO HORA**. Caderno Geral: *o X da educação: Salário nem sempre se traduz em ensino melhor*. Domingo, 27 de fevereiro de 2011, pp. 36-37.